(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado) Revisadas pelo auditor independente na extensão descrita no relatório de 8 de novembro de 2022

NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS

Metalúrgica Gerdau S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em São Paulo, capital. A Metalúrgica Gerdau S.A. e suas controladas direta e indiretas ("Companhia") é líder no segmento de aços longos nas Américas e uma das principais fornecedoras de aços especiais do mundo. No Brasil, também produz aços planos e minério de ferro, atividades que ampliam o mix de produtos oferecidos ao mercado e a competitividade das operações. Além disso, a Companhia acredita ser a maior recicladora da América Latina e, no mundo, transforma, anualmente, milhões de toneladas de sucata em aço, reforçando seu compromisso com o desenvolvimento sustentável das regiões onde atua. As ações das empresas Gerdau estão listadas nas bolsas de valores de São Paulo, Nova Iorque e Madri.

As Informações Intermediárias da Controladora e do Consolidado da Metalúrgica Gerdau S.A. foram aprovadas pela Administração em 8/11/2022.

NOTA 2 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 - Base de elaboração e apresentação

A Companhia apresenta suas Informações Intermediárias da Controladora e do Consolidado, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, elaboradas, simultaneamente, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstrações Intermediárias e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e estão identificadas como "Controladora" e "Consolidado" respectivamente. As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais não diferem do IFRS, que passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e empresas com controle compartilhado nas demonstrações separadas. Portanto, as Demonstrações Financeiras Individuais estão também em conformidade com as IFRS, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A preparação das Informações Intermediárias da Controladora e do Consolidado, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 e o IAS 34, requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As Informações Intermediárias da Controladora e do Consolidado foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

As mesmas políticas contábeis e métodos de cálculo foram seguidos nestas Informações Intermediárias da Controladora e do Consolidado, tais como foram aplicadas nas Demonstrações Financeiras da Controladora e do Consolidado de 31/12/2021, aprovadas para publicação em 22/02/2022.

2.2 - Novos IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de interpretação de informação financeira do IASB)

As emissões/alterações de normas IFRS efetuadas pelo IASB que são efetivas para o exercício iniciado em 2022 não tiveram impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia. Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2023 ou após, e a Companhia não espera impactos significativos em suas Demonstrações Financeiras da adoção destas normas:

- Alteração da norma IAS 1 Classificação de passivos como Circulante ou Não circulante. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como Passivo Circulante ou Passivo Não circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.
- Alteração da norma IAS 1 e Divulgação de práticas contábeis e políticas contábeis. Esclarece aspectos a serem considerados na divulgação de políticas contábeis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.
- Alteração da norma IAS 8 Definição de estimativas contábeis. Esclarece aspectos a serem considerados na definição de estimativas contábeis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado) Revisadas pelo auditor independente na extensão descrita no relatório de 8 de novembro de 2022

- Alteração da norma IAS 12 Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação. Esclarece aspectos a serem considerados no reconhecimento de impostos diferidos ativos e passivos relacionados a diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.
- Alteração da norma IFRS 16 Passivos de arrendamento mercantil em uma venda e arrendamento mercantil de retorno. Esclarece aspectos a serem considerados para tratamento de uma transferência de ativo como venda. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2024. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.
- Alteração da norma IAS 1 Passivo Não Circulante com Covenants. Esclarece aspectos de classificações separadas no balanço patrimonial de ativos e passivos circulantes e não circulantes, estabelecendo a apresentação com base na liquidez quando fornece informações confiáveis e mais relevantes. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2024. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

2.3 - Apresentação das notas explicativas nas demonstrações financeiras consolidadas de 31/12/2021

Com o objetivo de se evitar redundâncias na apresentação das informações intermediárias individuais e consolidadas e para fins de atendimento do artigo 29 da Instrução CVM nº 480/09, a Companhia indica a seguir o número das notas explicativas divulgadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31/12/2021 e não repetidas total ou parcialmente nestas informações intermediárias, que devem ser lidas em conjunto com estas informações intermediárias: 2 – Resumo das principais práticas contábeis (incluindo as divulgações sobre Risco de surtos de doenças e epidemias de saúde (Covid-19) e os principais riscos associados), 7 – Créditos tributários, 10 – Imobilizado, 12 – Outros intangíveis, 13 – Arrendamento mercantil, 18 – Impostos e contribuições a recolher, 21 – Benefícios a empregados, 22 – Provisão para passivos ambientais, 26 – Receita líquida de vendas e 29 – Seguros.

2.4 – Riscos de conflitos internacionais

A invasão da Ucrânia pela Rússia pode ter um efeito material adverso no ambiente macroeconômico geral, que pode incluir a demanda por aço e minério de ferro e os preços, bem como o aumento dos custos de energia. Tanto o conflito em si quanto as sanções impostas (e outras sanções que podem ser impostas), bem como as possíveis respostas russas às sanções, tiveram e podem ter mais efeitos desestabilizadores nos mercados financeiros e em certos mercados de commodities. O conflito pode escalar militarmente tanto regional quanto globalmente; qualquer escalada substancial teria um efeito material adverso nas condições macroeconômicas. Além disso, as sanções podem permanecer em vigor além da duração do conflito militar e ter um impacto duradouro na região e globalmente, podendo afetar negativamente os resultados operacionais e a condição financeira da Companhia.

NOTA 3 -INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DA CONTROLADORA E DO CONSOLIDADO

3.1 - Empresas controladas

A Companhia não apresentou alterações relevantes de participações em empresas controladas no período findo em 30/09/2022, em relação àquelas existentes em 31/12/2021, exceto pela alienação de 100% da participação detida pela Companhia na controlada Sizuca - Siderúrgica Zuliana C.A., localizada na Venezuela, ocorrida no mês de março, pela aquisição de participação adicional de 3,65% na controlada Siderúrgica Latino Americana S.A. e sua posterior incorporação na controlada Gerdau Aços Longos S.A., ocorridas no mês de junho e pelo aumento de participação de aproximadamente 0,29% na controlada Gerdau S.A., em virtude do programa de recompra de ações daquela controlada e que gerou diluição da participação dos acionistas não controladores, resultando no conjunto destas operações no reconhecimento de ganho de R\$ 119.085 no patrimônio líquido atribuído à participação dos acionistas controladores como resultado de operações com acionistas não controladores. Os demais valores envolvidos nestas transações e seus impactos nas demonstrações financeiras não são considerados relevantes pela administração da Companhia.

3.2 - Empresas com controle compartilhado

A tabela a seguir apresenta as participações nas empresas controladas em conjunto.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado) Revisadas pelo auditor independente na extensão descrita no relatório de 8 de novembro de 2022

			Percentual de	e participação
Empresas controladas em conjunto	País		(Capital total (*)
		30/09/2022	31/12/2021	30/09/2021
Bradley Steel Processors	Canadá	50,00	50,00	50,00
MRM Guide Rail	Canadá	50,00	50,00	50,00
Gerdau Corsa S.A.P.I. de C.V.	México	75,00	75,00	70,00
Gerdau Metaldom Corp.	Rep. Dominicana	50,00	50,00	50,00
Gerdau Summit Aços Fundidos e Forjados S.A.	Brasil	58,73	58,73	58,73
Diaco S.A.	Colombia	49,87	49,87	49,87
Junto Somos Mais Fidelização S.A.	Brasil	27,50	27,50	27,50
Ubiratã Tecnologia S.A	Brasil	50,00	-	-

^(*) O capital votante é substancialmente igual ao capital total. As participações apresentadas representam o percentual detido pela empresa investidora direta e indiretamente no capital da empresa controlada em conjunto.

A Companhia não consolida as Demonstrações Financeiras da Gerdau Corsa S.A.P.I. de C.V. e Gerdau Summit Aços Fundidos e Forjados S.A., apesar de ter mais de 50% do capital total destas empresas, devido a acordos de compartilhamento de controle com os demais acionistas que impedem a Companhia de implementar na plenitude as decisões sobre a condução dos negócios destas empresas controladas em conjunto.

A Companhia apresenta as informações das empresas controladas em conjunto de modo agregado em virtude dos investimentos nestas empresas serem individualmente imateriais. As informações financeiras das empresas controladas em conjunto, avaliadas por equivalência patrimonial, estão demonstradas a seguir:

Informações totais das empresas controladas em conjunto Empresas controla		las em conjunto
	30/09/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	900.852	1.149.804
Total ativo circulante	6.201.755	6.177.479
Total ativo não circulante	4.923.744	5.280.692
Empréstimos e financiamentos circulantes	497.246	890.039
Total passivo circulante	4.021.287	4.368.726
Empréstimos e financiamentos não circulantes	965.181	2.054.530
Total passivo não circulante	1.271.575	2.416.429
Informações totais das empresas controladas em conjunto		Emm

Informações totais das empresas controladas em conjunto Empresas controlad			las em conjunto	
	Períodos de 3 me	eses findos em	Períodos de 9 me	eses findos em
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Receita líquida de vendas	3.705.242	3.237.423	11.559.656	8.827.737
Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos	580.441	572.301	1.998.053	1.418.671
Receitas financeiras	86.958	69.878	282.579	199.334
Despesas financeiras	81.230	(166.431)	273.348	(431.639)
Imposto de renda e contribuição social	(99.590)	(37.684)	(364.748)	(44.257)
Lucro líquido	379.776	410.892	1.440.052	1.033.447
Depreciação e amortização	74.126	86.572	226.765	248.403
Outros resultados abrangentes	1.199	2.509	1.547	21
Total dos resultados abrangentes	380.976	413.401	1.441.599	1.033.467

Informações pela participação detida em empresas controladas em conjunto	Empresas controladas em conjunto			
	Períodos de 3 me	Períodos de 9 me	eríodos de 9 meses findos em	
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos	403.782	346.979	1.332.881	828.434
Depreciação e amortização	47.295	51.944	144.983	147.169
Lucro operacional antes do resultado financeiro, dos impostos, da depreciação e amortização	451.078	398.923	1.477.864	975.603
Dividendos recebidos	89.360	2.947	90.702	6.930

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado) Revisadas pelo auditor independente na extensão descrita no relatório de 8 de novembro de 2022

3.3 - Empresa coligada

A lista a seguir apresenta a participação em empresa coligada.

			rercentuai u	e participação
Empres a coligada	País_			Capital total (*)
		30/09/2022	31/12/2021	30/09/2021
Dona Francisca Energética S.A.	Brasil	51,82	51,82	51,82

^(*) O capital votante é substancialmente igual ao capital total. As participações apresentadas representam o percentual detido pela empresa investidora direta e indiretamente no capital da coligada.

A Companhia não consolida as Demonstrações Financeiras da Dona Francisca Energética S.A. apesar de ter mais de 50% do capital total desta coligada, devido a direitos de proteção concedidos aos demais acionistas que impedem a Companhia de implementar na plenitude as decisões sobre a condução dos negócios da coligada.

As informações financeiras da empresa coligada, avaliadas por equivalência patrimonial, estão demonstradas a seguir:

Informações totais da empresa coligada Empresa coligada			ı	
	30/09/2022	31/12/2021	_	
Caixa e equivalentes de caixa	3.020	3.956	-	
Total ativo circulante	10.788	11.950)	
Total ativo não circulante	165.931	109.738	3	
Total passivo circulante	23.053	11.255	5	
Total passivo não circulante	34.828	766	ó	
Informações totais da empresa coligada			En	npresa Coligada
	Períodos de 3 1	neses findos em	Períodos de 9 m	eses findos em
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Receita líquida de vendas	16.834	16.834	49.952	50.596
Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos	8.774	10.289	27.082	30.517
Receitas financeiras	211	103	1.088	349
Despesas financeiras	(1.628)	(67)	(4.879)	(121)
Imposto de renda e contribuição social	-	(567)	(1.348)	(1.718)
Lucro líquido	7.357	9.758	21.943	29.027
Depreciação e amortização	2.110	1.210	6.328	3.655
Total dos resultados abrangentes	7.357	9.758	21.943	29.027
Tofference 2 - and a most store 2 - details are common and the de			P ₁	Calianda
Informações pela participação detida em empresa coligada			En	npresa Coligada

mor maçoes pera par trespação detida em empresa con gada			1211	pi csa Congada
	Períodos de 3 me	eses findos em	Períodos de 9 meses findos em	
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos	4.547	5.332	14.034	15.813
Depreciação e amortização	1.094	627	3.279	1.894
Lucro operacional antes do resultado financeiro, dos impostos, da depreciação e amortização	5.640	5.959	17.312	17.707
Dividendos recebidos	3.265	6.736	8.639	18.140

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Caixa e equivalentes de caixa

		Controladora		Cons olidado
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Caixa	-	-	14.743	14.667
Bancos e aplicações de liquidez imediata	17	2.094	6.170.925	4.148.081
Caixa e equivalentes de caixa	17	2.094	6.185.668	4.162.748

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado) Revisadas pelo auditor independente na extensão descrita no relatório de 8 de novembro de 2022

Aplicações de liquidez imediata incluem investimentos com prazo de vencimento de até 90 dias, liquidez imediata e baixo risco de variação do valor justo.

Aplicações Financeiras

		Controladora		Consolidado
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Aplicações financeiras	451.396	779.745	2.855.876	3.392.284

Aplicações financeiras em títulos para negociação incluem Certificados de Depósitos Bancários - CDB e investimentos em títulos e valores mobiliários, os quais são registrados pelo seu valor justo. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

NOTA 5 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

		Consolidado
	30/09/2022	31/12/2021
Contas a receber de clientes - no Brasil	3.472.307	2.640.011
Contas a receber de clientes - exportações a partir do Brasil	115.507	249.834
Contas a receber de clientes - controladas no exterior	3.168.626	2.632.002
(-) Perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros	(91.827)	(107.772)
	6.664.613	5.414.075

A composição de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

		Consolidado
	30/09/2022	31/12/2021
Valores a vencer:	5.958.414	4.646.175
Vencidos:		
Até 30 dias	557.107	494.866
Entre 31 e 60 dias	111.694	139.415
Entre 61 e 90 dias	38.484	32.245
Entre 91 e 180 dias	54.384	169.959
Entre 181 e 360 dias	11.338	8.220
Acima de 360 dias	25.019	30.967
(-) Provisão para risco de crédito	(91.827)	(107.772)
	6.664.613	5.414.075

NOTA 6 – ESTOQUES

		Consolidado
	30/09/2022	31/12/2021
Produtos prontos	8.097.722	7.209.379
Produtos em elaboração	4.821.906	3.453.948
Matérias-primas	3.785.135	3.994.655
Materiais de almoxarifado	1.276.217	1.061.666
Importações em andamento	855.827	1.145.215
(-) Provisão p/ ajuste ao valor líquido realizável	(25.266)	(3.375)
	18.811.541	16.861.488

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)
Revisadas pelo auditor independente na extensão descrita no relatório de 8 de novembro de 2022

Os saldos da provisão para ajuste ao valor líquido realizável de estoques, cuja provisão e reversão tem como contrapartida o custo das vendas, estão demonstrados abaixo:

	Consolidado
Saldo em 01/01/2021	(6.119)
Provisão para ajuste ao valor líquido realizável de estoque	(6.331)
Reversão de ajuste ao valor líquido realizável de estoque	9.143
Variação cambial	(68)
Saldo em 31/12/2021	(3.375)
Provisão para ajuste ao valor líquido realizável de estoque	(44.484)
Reversão de ajuste ao valor líquido realizável de estoque	22.807
Variação cambial	(214)
Saldo em 30/09/2022	(25.266)

NOTA 7 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

No Brasil os impostos sobre a renda incluem o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL), que representa um imposto adicional. As alíquotas oficiais para imposto de renda e contribuição social aplicáveis são de 25% e de 9%, respectivamente, para os períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021. Além das alíquotas nacionais, conforme mencionado acima, a Companhia também está sujeita à tributação de impostos sobre a renda nas suas controladas no exterior, que variam entre 23,0% e 35,0%. As diferenças entre as alíquotas brasileiras e as alíquotas de outros países compõem a reconciliação dos ajustes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) no resultado na linha diferenças de alíquotas em empresas do exterior.

a) Reconciliação dos ajustes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) no resultado:

			Período de 3 n	neses findo em
		Controladora		Consolidado
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
	Total	Total	Total	Total
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.011.093	1.831.862	3.949.665	7.473.693
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	(343.772)	(622.833)	(1.342.886)	(2.541.055)
Ajustes dos impostos referente:				
- diferença de alíquotas em empresas do exterior	-	-	245.969	152.879
- equivalência patrimonial	337.880	620.335	95.708	92.180
- juros sobre o capital próprio *	-	(27.977)	(2.327)	194.385
- incentivos fiscais	128	614	7.818	34.374
- não constituição de ativos fiscais diferidos / realização, líquidos	1.803	8.636	12.616	(171.326)
- diferenças permanentes (líquidas)	(40)	(274)	69.009	344.660
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(4.001)	(21.499)	(914.093)	(1.893.903)
Corrente	(4.001)	(21.499)	(742.437)	(1.636.356)
Diferido	-	-	(171.656)	(257.547)

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado) Revisadas pelo auditor independente na extensão descrita no relatório de 8 de novembro de 2022

			Período de 9 n	neses findo em
		Controladora		Consolidado
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
	Total	Total	Total	Total
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	3.380.352	3.921.036	13.895.474	16.387.539
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	(1.149.320)	(1.333.152)	(4.724.461)	(5.571.763)
Ajustes dos impostos referente:				
- diferença de alíquotas em empresas do exterior	-	-	226.248	218.135
- equivalência patrimonial	1.141.346	1.328.579	332.150	223.399
- juros sobre o capital próprio *	(34.614)	(23.233)	294.386	272.822
- incentivos fiscais	128	614	32.956	92.748
- não constituição de ativos fiscais diferidos / realização, líquidos	12.861	3.942	81.918	(53.569)
- diferenças permanentes (líquidas)	(28)	(278)	116.283	419.565
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(29.627)	(23.528)	(3.640.520)	(4.398.663)
Corrente	(29.627)	(23.528)	(3.084.399)	(3.522.952)
Diferido	-	-	(556.121)	(875.711)

^{*} A Lei Brasileira 9.249/95 prevê que a Companhia possa pagar Juros sobre Capital Próprio aos acionistas de forma adicional ou alternativa aos dividendos propostos, sujeita a limitações específicas, as quais resultam em dedução fiscal na determinação do imposto de renda e contribuição social. A limitação considera o maior entre: (i) TJLP (taxa de juros de longo prazo) aplicado sobre o patrimônio líquido da Companhia; ou (ii) 50% do lucro líquido do exercício. Esta despesa não é reconhecida para fins da preparação das demonstrações financeiras e como resultado não impacta o lucro líquido.

b) Ativos fiscais não contabilizados:

Devido à falta de oportunidade de uso dos prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e variação cambial diferida em algumas empresas no Brasil, a Companhia não contabilizou uma porção de ativo fiscal de R\$ 938.337 (R\$ 935.650 em 31/12/2021), os quais não têm uma data final para expirar. As controladas da Companhia no exterior possuíam R\$ 1.164.209 (R\$ 1.256.438 em 31/12/2021) de prejuízos fiscais sobre perdas de capital cujos ativos fiscais diferidos não foram contabilizados e que expiram entre 2029 e 2035 e várias perdas fiscais decorrentes de créditos no exterior totalizando R\$ 427.765 (R\$ 1.285.373 em 31/12/2021), que expiram em várias datas entre 2028 e 2040.

NOTA 8 – INVESTIMENTOS AVALIADOS POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Controladora

	Gerdau S.A.
Saldo em 01/01/2021	10.159.639
Resultado da equivalência patrimonial	5.068.170
Ajustes de avaliação patrimonial	414.052
Venda de ações	(64.202)
Dividendos/juros sobre capital próprio	(1.640.223)
Efeito de aumento de participação em controladas	(2.845)
Saldo em 31/12/2021	13.934.591
Resultado da equivalência patrimonial	3.356.901
Ajustes de avaliação patrimonial	(349.794)
Dividendos/juros sobre capital próprio	(825.690)
Efeito de aumento de participação em controladas	119.085
Saldo em 30/09/2022	16.235.093

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado) Revisadas pelo auditor independente na extensão descrita no relatório de 8 de novembro de 2022

Consolidado

	América do Norte	América do Sul	Aços Especiais	Outros	Total
Saldo em 01/01/2021	908.339	976.045	231.152	156.093	2.271.629
Resultado da equivalência patrimonial	279.948	268.291	28.831	(13.912)	563.158
Ajustes de avaliação patrimonial	173.934	52.278	710	(1.415)	225.507
Aumento de capital	-	-	-	27.500	27.500
Redução de capital	-	(141.095)	-	-	(141.095)
Reorganização societária México	511.514	-	-	-	511.514
Dividendos/juros sobre capital próprio	(2.460)	(84.186)	(9.025)	(21.767)	(117.438)
Saldo em 31/12/2021	1.871.275	1.071.333	251.668	146.499	3.340.775
Resultado da equivalência patrimonial	682.827	291.304	9.780	(6.998)	976.913
Ajustes de avaliação patrimonial	30.433	(63.785)	1.333	(3.475)	(35.494)
Aumento de capital	-	-	-	26.751	26.751
Dividendos/juros sobre capital próprio	(11.832)	(80.391)	(3.684)	(10.557)	(106.464)
Saldo em 30/09/2022	2.572.703	1.218.461	259.097	152.220	4.202.481

NOTA 9 - IMOBILIZADO

- a) Síntese da movimentação do ativo imobilizado durante o período de 3 meses findo em 30/09/2022, as aquisições totalizaram R\$ 1.055.914 (R\$ 810.355 em 30/09/2021) e as baixas R\$ 1.418 (R\$ 2.657 em 30/09/2021) no consolidado. Durante o período de 9 meses findo em 30/09/2022, as aquisições totalizaram R\$ 2.607.753 (R\$ 1.811.078 em 30/09/2021) e as baixas totalizaram R\$ 13.122 (R\$ 18.702 em 30/09/2021) no consolidado
- **b)** Capitalização de juros e encargos financeiros durante o período de 3 meses findo em 30/09/2022, foram apropriados encargos financeiros no montante de R\$ 6.194 (R\$ 8.398 em 30/09/2021) no consolidado. Durante o período de 9 meses findo em 30/09/2022, foram apropriados encargos financeiros no montante de R\$ 20.452 (R\$ 24.007 em 30/09/2021) no consolidado
- c) Valores oferecidos em garantia Não foram oferecidos bens do ativo imobilizado em garantia de empréstimos e financiamentos em 30/09/2022 e 31/12/2021.

NOTA 10 - ÁGIOS

			Cons olidado
	Montante	Perdas acumuladas pela	Ágio após as perdas pela não
	bruto do ágio	não recuperabilidade ativos	recuperabilidade de ativos
Saldo em 01/01/2021	22.521.110	(10.417.591)	12.103.519
(+/-) Variação cambial	1.469.190	(595.284)	873.906
Reorganização societária México	(549.898)	<u>-</u>	(549.898)
Saldo em 31/12/2021	23.440.402	(11.012.875)	12.427.527
(+/-) Variação cambial	(889.375)	502.322	(387.053)
Saldo em 30/09/2022	22.551.027	(10.510.553)	12.040.474

A composição do ágio por segmento é a seguinte:

		Consolidado
	30/09/2022	31/12/2021
Brasil	373.135	373.135
Aços Especiais	3.983.492	4.111.619
América do Norte	7.683.847	7.942.773
	12.040.474	12.427.527

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado) Revisadas pelo auditor independente na extensão descrita no relatório de 8 de novembro de 2022

NOTA 11 - FORNECEDORES

		Consolidado
	30/09/2022	31/12/2021
Fornecedores mercado doméstico	5.982.770	5.230.270
Fornecedores risco sacado	398.174	807.915
Fornecedores coligadas	29.582	47.597
Fornecedores importação	2.698.803	1.931.358
	9.109.329	8.017.140

A Companhia possui contratos junto a instituições financeiras com objetivo de permitir aos seus fornecedores a antecipação de seus recebíveis através de operação denominada "fornecedores risco sacado". Nessa operação os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para uma instituição financeira, que por sua vez, passa a ser a detentora dos direitos dos recebíveis dos fornecedores. A Companhia mantém permanente acompanhamento da composição da carteira e das condições estabelecidas com os fornecedores, as quais não sofreram alterações significativas em relação ao praticado historicamente.

NOTA 12 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como segue:

		Consolidado
	30/09/2022	31/12/2021
Capital de giro	815.260	480.905
Financiamento de imobilizado e outros	100.065	102.232
Ten/Thirty Years Bonds	8.889.857	10.526.649
Total dos financiamentos	9.805.182	11.109.786
Circulante	1.634.057	234.537
Não circulante	8.171.125	10.875.249
Valor do principal dos financiamentos	9.586.676	10.952.983
Valor dos juros dos financiamentos	218.506	156.803
Total dos financiamentos	9.805.182	11.109.786

Em 30/09/2022, o custo médio ponderado nominal de juros do consolidado é de 5,79% a.a..

Os empréstimos e financiamentos, denominados em reais, são indexados, substancialmente, ao CDI (Certificados de Depósito Interbancário).

Quadro resumo dos empréstimos e financiamentos por moeda de origem:

		Consolidado
	30/09/2022	31/12/2021
Real (BRL)	487.650	461.187
Dólar Norte-Americano (USD)	8.890.445	10.535.532
Demais moedas	427.087	113.067
	9.805.182	11.109.786

O cronograma de pagamento da parcela de longo prazo dos empréstimos e financiamentos é o seguinte:

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado) Revisadas pelo auditor independente na extensão descrita no relatório de 8 de novembro de 2022

		Consolidado
	30/09/2022	31/12/2021
2023 ^(*)	3.675	1.115.211
2024	9.098	878.044
2025	410.511	405.788
2026	10.721	3.117.768
2027 em diante	7.737.120	5.358.438
	8.171.125	10.875.249

(*) Em 30/09/2022 refere-se ao período de 01 de Outubro a 31 de dezembro de 2023.

a) Linhas de crédito e contas garantidas

Em setembro de 2022, a Companhia concluiu a renovação da Linha de Crédito Global no valor total de US\$ 875 milhões (equivalentes a R\$ 4.731 milhões em 30/09/2022). A operação visa prover liquidez às unidades da América do Norte e América Latina, incluindo o Brasil. As empresas Gerdau S.A., Gerdau Açominas S.A. e Gerdau Aços Longos S.A. prestam garantia nesta transação que possui vencimento em setembro de 2027. Em 30/09/2022, nenhum saldo foi utilizado.

NOTA 13 – DEBÊNTURES

_						Consolidado
	Assembléia	Quantidade	em 30/09/2022			
Emissão	Geral	Emitida	Em carteira	Vencimento	30/09/2022	31/12/2021
Gerdau S.A.						
14 ^a	26/08/2014	20.000	17.970	30/08/2024	-	-
15 ^a	09/11/2018	1.500.000	-	21/11/2022	1.574.258	1.513.958
16ª - A	25/04/2019	600.000	-	06/05/2023	632.671	607.031
16 ^a - B	25/04/2019	800.000	-	06/05/2026	843.497	808.918
Total Consolidado					3.050.426	2.929.907
Parcela do Circulante					2.251.621	1.531.956
Parcela do Não circulante					798.805	1.397.951

Os vencimentos das parcelas de longo prazo são os seguintes:

		Consolidado
	30/09/2022	31/12/2021
2023		599.390
2026	798.805	798.561
	798.805	1.397.951

As debêntures são denominadas em reais, não são conversíveis em ações, com juros variáveis a um percentual da taxa CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

Para os instrumentos listados acima, a taxa média de juros ponderada pelos valores foi de 3,49 % e 9,14% para os períodos de três e nove meses findos em 30/09/2022, respectivamente (1,31% e 2,66% para os períodos de três e nove meses findos em 30/09/2021, respectivamente).

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado) Revisadas pelo auditor independente na extensão descrita no relatório de 8 de novembro de 2022

NOTA 14 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais - a Metalúrgica Gerdau S.A. e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas a Aplicações financeiras, Contas a receber de clientes, Fornecedores, Empréstimos e Financiamentos, Debêntures, Partes relacionadas, Ganhos não realizados com instrumentos financeiros, Perdas não realizadas com instrumentos financeiros, Obrigações com FIDC, Outros ativos circulantes, Outros ativos não circulantes, Outros passivos circulantes e Outros passivos não circulantes.

A Companhia utiliza instrumentos derivativos e não derivativos como *hedges* de determinadas operações e pode aplicar a metodologia de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para algumas dessas transações. Estas operações têm por objetivo a proteção da Companhia contra variações das taxas de câmbio de empréstimos denominados em moeda estrangeira e flutuações de taxas de juros. Estas transações são realizadas considerando exposições ativas ou passivas diretas, sem alavancagem.

b) Valor de mercado - o valor de mercado dos instrumentos financeiros anteriormente citados está demonstrado a seguir:

•	Controladora Consol							Cons olidado
	30/09/2022			31/12/2021		30/09/2022		31/12/2021
	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
	contábil	justo	contábil	justo	contábil	justo	contábil	justo
Ativos								
Aplicações financeiras	451.396	451.396	779.745	779.745	2.855.876	2.855.876	3.392.284	3.392.284
Contas a receber de Clientes	-	-	-	-	6.664.613	6.664.613	5.414.075	5.414.075
Partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	2.678	2.678
Valor justo de derivativos	-	-	-	-	22.319	22.319	3.246	3.246
Outros ativos circulantes	12.253	12.253	4.333	4.333	782.123	782.123	683.525	683.525
Outros ativos não circulantes	6.605	6.605	8.636	8.636	762.850	762.850	580.274	580.274
Passivos								
Fornecedores	-	-	-	-	9.109.329	9.109.329	8.017.140	8.017.140
Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-	9.805.182	9.456.085	11.109.786	12.630.940
Debêntures	-	-	-	-	3.050.426	3.238.479	2.929.907	2.911.424
Partes relacionadas	-	-	-	-	30.808	30.808	24.648	24.648
Valor justo de derivativos	-	-	-	-	4.972	4.972	-	-
Obrigações com FIDC (passivo circulante)	-	-	-	-	-	-	45.497	45.497
Outros passivos circulantes	29.686	29.686	1.725	1.725	1.095.608	1.095.608	1.092.122	1.092.122
Outros passivos não circulantes	102	102	-	-	549.125	549.125	408.200	408.200

O valor justo de empréstimos e financiamentos e debêntures são baseados em premissas de mercado, que podem levar em consideração fluxos de caixa descontados usando taxas de mercado equivalentes e taxas de crédito. Todos os demais instrumentos financeiros, que são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas pelo seu valor de livros, são substancialmente similares a aqueles que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. Entretanto, uma vez que não existe mercado ativo para estes instrumentos, diferenças podem existir se forem liquidados antecipadamente. A hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros acima é apresentada na nota 14.g.

c) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas:

Risco de preço das *commodities*: é o risco do efeito de flutuações nos preços dos produtos que a Companhia vende ou no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção. Em razão de operar num mercado de *commodities*, a Companhia poderá ter sua receita de vendas e seu custo dos produtos vendidos afetados por alterações nos preços internacionais de seus produtos ou matérias-primas. Para minimizar esse risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações de preços no mercado nacional e internacional. Ademais, a Companhia pode contratar *derivativos* com objetivo de reduzir este risco.

Risco de taxas de juros: é o risco do efeito de flutuações de taxas de juros no valor dos ativos e passivos financeiros da Companhia ou de fluxos de caixa e receitas futuros. A Companhia avalia sua exposição a estes riscos: (i) comparando ativos e passivos financeiros denominados em taxas de juros fixas e flutuantes e (ii) monitorando os movimentos de taxas de juros como *SOFR* e CDI. Desta forma, a Companhia pode contratar *swaps* de taxas de juros com objetivo de reduzir este risco.

Risco de taxas de câmbio: é o risco do efeito de flutuações das taxas de câmbio no valor dos ativos e passivos financeiros da Companhia ou de fluxos de caixa e receitas futuros. A Companhia avalia sua exposição cambial mensurando a diferença entre o valor de seus ativos e de seus passivos em moeda estrangeira. A Companhia entende que as contas a receber originadas por exportações, seu caixa e equivalentes de caixa denominados em moeda estrangeira e os investimentos no exterior mais

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado) Revisadas pelo auditor independente na extensão descrita no relatório de 8 de novembro de 2022

do que equivalem a seus passivos denominados em moeda estrangeira. Mas como o gerenciamento destas exposições ocorre também a nível de cada operação, havendo um descasamento entre os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira, a Companhia pode contratar instrumentos financeiros derivativos, com o objetivo de mitigar o efeito das flutuações de taxa de câmbio.

Risco de crédito: esse risco advém da possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos junto a instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecimento de um limite de crédito e o acompanhamento permanente do seu saldo devedor. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza aplicações em instituições de primeira linha e com baixo risco de crédito, conforme avaliação de agências de *rating*. Além disso, cada instituição possui um limite máximo de saldo de aplicação, determinado pelo Comitê Financeiro.

Risco de gerenciamento de capital: advém da escolha da Companhia em adotar uma estrutura de financiamentos para suas operações. A Companhia administra sua estrutura de capital, a qual consiste em uma relação entre as dívidas financeiras e o capital próprio (Patrimônio Líquido), baseada em políticas internas e *benchmarks*. Os indicadores chave (KPI – *Key Performance Indicators*) relacionados ao objetivo "Gestão da Estrutura de Capital" são: WACC (Custo Médio Ponderado do Capital), Dívida Líquida/*EBITDA*, Índice de Cobertura das Despesas Financeiras Líquidas (*Ebitda*/Despesa Financeira Líquida) e Relação Dívida/Capitalização Total. A Dívida Líquida é formada pelo principal da dívida reduzida pelo caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras (notas 4, 12 e 13). A Capitalização Total é formada pela Dívida Total (composta pelo principal da dívida) e pelo Patrimônio Líquido (Nota 18). A Companhia pode alterar sua estrutura de capital, conforme condições econômico-financeiras, visando otimizar sua alavancagem financeira e sua gestão de dívida. Ao mesmo tempo, a Companhia procura melhorar seu *ROCE* (Retorno sobre Capital Empregado) através da implementação de uma gestão de capital de giro e de um programa eficiente de investimentos em imobilizado. No longo prazo, a Companhia busca manter-se dentro dos parâmetros abaixo, admitindo variações pontuais no curto prazo:

Dívida Líquida/EBITDA entre 1,0x a 1,5x Limite nominal da Dívida Bruta R\$ 12 Bilhões Prazo Médio >6 anos

Estes indicadores chave são usados para monitorar os objetivos descritos acima e podem não ser utilizados como indicadores para outras finalidades, tais como testes de recuperabilidade de ativos.

Risco de liquidez: a política de gestão do endividamento e recursos de caixa da Companhia prevê a utilização de linhas compromissadas e de disponibilidade efetiva de linhas de crédito, com ou sem lastro em recebíveis de exportação, para gerenciar níveis adequados de liquidez de curto, médio e longo prazo. Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo dos Empréstimos e financiamentos e Debêntures são apresentados nas notas 12 e 13, respectivamente.

Análises de sensibilidade:

A Companhia efetuou testes de análises de sensibilidade que podem ser assim resumidos:

Impacto na Demonstração dos Resultados

impacto na Demonsti ação dos Resultados			
Premissa	Variação	30/09/2022	30/09/2021
Variações na moeda estrangeira	5%	116.385	84.339
Variações nas taxas de juros	10bps	31.138	65.687
Variações no preço dos produtos vendidos	1%	211.492	567.902
Variações no preço das matérias-primas e demais insumos	1%	138.900	312.723
Contratos a termo de moedas	5%	22.679	(12.567)
Contratos a termo de commodities	5%	2.626	-

Análise de sensibilidade das variações na moeda estrangeira (Foreign currency sensitivity analysis: em 30/09/2022 a Companhia está exposta principalmente a variações entre o Real e o Dólar. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 5% entre o Real e o Dólar em suas dívidas que não possuem hedge, contas a receber de exportações a partir do Brasil e Fornecedores importação (também incluindo a variação

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado) Revisadas pelo auditor independente na extensão descrita no relatório de 8 de novembro de 2022

entre o Peso Argentino e o Dólar). Nesta análise, caso o Real/Peso Argentino se aprecie em relação ao Dólar, isto representaria um ganho de R\$ 116.385 (R\$ 84.339 em 30/09/2021). Caso o Real/Peso Argentino se deprecie em relação ao Dólar isso representaria uma despesa de mesmo valor.

Os valores líquidos de outros ativos e outros passivos em moedas estrangeiras não apresentam riscos relevantes de impactos em virtude da oscilação na taxa de câmbio.

Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros (*Interest rate sensitivity analysis*): a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 10 *basis points* (bps) sobre a taxa de juros média aplicável à parte flutuante de sua dívida. O impacto calculado, considerando esta variação na taxa de juros monta, em 30/09/2022, R\$ 31.138 (R\$ 65.687 em 30/09/2021) e impactaria a conta de Despesas financeiras na Demonstração Consolidada dos Resultados. As taxas de juros específicas que a Companhia está exposta, as quais são relacionadas aos Empréstimos e financiamentos e Debêntures, são apresentadas nas notas 12 e 13, e são principalmente compostas por *SOFR* e CDI – Certificado de Depósito Interbancário.

Análise de sensibilidade das variações no preço de venda das mercadorias e no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção: a Companhia está exposta a variações no preço de seus produtos. Esta exposição está relacionada à oscilação do preço de venda dos produtos da Companhia e ao preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção, principalmente por operar em um mercado de *commodities*. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um aumento ou uma redução de 1% sobre ambos os preços. O impacto calculado considerando esta variação no preço dos produtos vendidos, levando em consideração as receitas e custos do período de 9 meses findo em 30/09/2022, totaliza R\$ 211.492 (R\$ 567.902 em 30/09/2021) e matérias-primas e demais insumos montam R\$ 138.900 em 30/09/2022 (R\$ 312.723 em 30/09/2021). O impacto no preço dos produtos vendidos e matérias-primas seriam registrados nas linhas de Receita líquida de vendas e Custo das vendas, respectivamente, na Demonstração Consolidada dos Resultados. A Companhia não espera estar mais vulnerável à mudança em um ou mais produtos específicos ou matérias-primas.

Análise de sensibilidade dos contratos a termo de Moedas: a Companhia possui exposição a contratos a termo de Dólar para alguns de seus ativos e passivos. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 5% do Dólar frente ao Real/Peso Argentino, e os seus efeitos na marcação a mercado desses derivativos. Um aumento de 5% do Dólar frente ao Real/Peso Argentino representa uma receita de R\$ 22.679 (despesa de R\$ 12.567 em 30/09/2021), e uma redução de 5% do Dólar frente ao Real/Peso Argentino representa uma despesa no mesmo valor. Os contratos a termo de Dólar/Real/Peso Argentino tiveram como objetivo a cobertura das posições ativas e passivas em Dólar e os efeitos da marcação a mercado destes contratos foram registrados na Demonstração Consolidada dos Resultados. Os contratos a termo de Dólar aos quais a Companhia está exposta são apresentados na nota 14.e.

Análise de sensibilidade dos contratos a termo de *Commodities*: a Companhia possui exposição a contratos a termo de *Commodities* (carvão, gás natural e níquel) para alguns de seus passivos. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 5% do preço das *commodities*, e os seus efeitos na marcação a mercado desses derivativos. Um aumento de 5% do preço das *commodities* representa uma receita de R\$ 2.626 (R\$ 0 em 30/09/2021), e uma redução de 5% do preço da *commodities* representa uma despesa no mesmo valor. Os contratos a termo de carvão tiveram como objetivo a cobertura das posições passivas e os efeitos da marcação a mercado destes contratos foram registrados na Demonstração Consolidada dos Resultados.

d) Instrumentos financeiros por categoria

Síntese dos instrumentos financeiros por categoria:

			Controladora			Consolidado
30/09/2022		Ativos a valor justo por meio do			Ativos a valor justo por meio do	
Ativos	Custo amortizado	resultado	Total	Custo amortizado	resultado	Total
Aplicações financeiras		451.396	451.396	-	2.855.876	2.855.876
Contas a receber de clientes	-	-	-	6.664.613	-	6.664.613
Valor justo de derivativos	-	-	-	-	22.319	22.319
Outros ativos circulantes	12.253	-	12.253	782.123	-	782.123
Outros ativos não circulantes	6.605	-	6.605	671.184	91.666	762.850
Total	18.858	451.396	470.254	8.117.920	2.969.861	11.087.781
Resultado financeiro 3 meses findos em 30/09/2022	1.470	19.349	20.819	207.335	147.856	355.191
Resultado financeiro 6 meses findos em 30/09/2022	2.861	61.429	64.290	360.492	342.645	703.137

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado) Revisadas pelo auditor independente na extensão descrita no relatório de 8 de novembro de 2022

		C	ontroladora			Consolidado
30/09/2022				Passivos a valor justo		
Passivos	Custo am	ortizado	Total	por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Fornecedores		-	-	por mero do resultado	9,109,329	9.109.329
Empréstimos e Financiamentos		-	-	_	9.805.182	9.805.182
Debêntures		-	-	_	3.050.426	3.050.426
Partes relacionadas		-	-	-	30.808	30.808
Valor justo de derivativos		-	-	4.972	-	4.972
Outros passivos circulantes		29.686	29.686	-	1.095.608	1.095.608
Outros passivos não circulantes		102	102	-	549.125	549.125
Total		29.788	29.788	4.972	23.640.478	23.645.450
Resultado financeiro 3 meses findos em 30/09/2022		(2.139)	(2.139)	(9.440)	(857.251)	(866.691)
Resultado financeiro 6 meses findos em 30/09/2022		(3.831)	(3.831)	(23.822)	(2.013.515)	(2.037.337)
			Controla	dora		Consolidado
		Ativos a valor justo			Ativos a valor justo	
31/12/2021		por meio do			por meio do	
Ativos	Custo amortizado	resultado		Total Custo amortizado		Total
Aplicações financeiras	-	779.745	779).745 - 5.414.075	3.392.284	3.392.284
Contas a receber de clientes Partes relacionadas	-	-		- 5.414.075 - 2.678		5.414.075 2.678
Valor justo de derivativos	-	-		- 2.0/8	3.246	3.246
Outros ativos circulantes	4.333	_	4	1.333 683.525		683.525
Outros ativos não circulantes	8.636	-		3.636 488.608		580.274
Total	12.969	779.745	792	2.714 6.588.886	3.487.196	10.076.082
Resultado financeiro 3 meses findos em 30/09/2021	713	18.871	19	0.584 566.575	82.665	649.240
Resultado financeiro 6 meses findos em 30/09/2021	2.460	38.477	40	0.937 1.151.722	180.182	1.331.904
		c	ontroladora			Consolidado
				Passivos a valor		
31/12/2021				justo por meio do		
Passivos	Cus to amo	ortizado	Total	resultado	Custo amortizado	Total
Fornecedores		-	-	-	8.017.140	8.017.140
Empréstimos e Financiamentos		-	-	-	11.109.786	11.109.786
Debêntures		-	-	-	2.929.907	2.929.907
Partes relacionadas		-	-	-	24.648	24.648
Obrigações com FIDC (passivo circulante)		-	-	-	45.497	45.497
Outros passivos circulantes		1.725	1.725	-	1.092.122	1.092.122
Outros passivos não circulantes		<u>-</u>	<u>-</u>		408.200	408.200
Total		1.725	1.725		23.627.300	23.627.300
Resultado financeiro 3 meses findos em 30/09/2021		(1.475)	(1.475)	1.198	(554.997)	(553.799)
Resultado financeiro 6 meses findos em 30/09/2021		(2.741)	(2.741)	(3.911)	(1.425.053)	(1.428.964)

e) Operações com instrumentos financeiros derivativos

Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos: a fim de executar sua estratégia de crescimento sustentável, a Companhia implementa estratégias de gerenciamento de risco com o objetivo de mitigar os riscos de mercado.

O objetivo da Companhia ao contratar operações de derivativos está sempre relacionado à eliminação dos riscos de mercado, identificados em nossas políticas e diretrizes. Todos os instrumentos derivativos em vigor são revisados mensalmente pelo Comitê de Riscos Financeiros, que valida o valor justo de tais instrumentos. Todos os ganhos e perdas dos instrumentos derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Política de uso de derivativos: a Companhia está exposta a vários riscos de mercado, entre os quais, a flutuação das taxas de câmbio, taxas de juros e preços de *commodities*. A Companhia utiliza derivativos e outros instrumentos financeiros para reduzir o impacto de tais riscos no valor de seus ativos e passivos financeiros ou fluxo de caixa e receitas futuros. A Companhia estabeleceu políticas para verificar os riscos de mercado e para aprovar a utilização de operações de instrumentos financeiros derivativos relacionados a estes riscos. A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos exclusivamente para gerenciar os riscos de mercado mencionados acima e nunca com propósitos especulativos. Instrumentos financeiros derivativos são somente utilizados quando eles possuem uma posição correspondente (ativo ou passivo descoberto), proveniente das operações de negócios, investimentos e financiamentos da Companhia.

Política de apuração do valor justo: o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado através de modelos e outras técnicas de valoração, dentre as quais preços futuros e curvas de mercado.

As operações de derivativos podem incluir: *swaps* de taxas de juros e/ou de moeda, contratos futuros de moeda e contratos de opções de moeda.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)
Revisadas pelo auditor independente na extensão descrita no relatório de 8 de novembro de 2022

Contratos a termo de moeda: A Companhia pode contratar operação de contrato a termo, por meio da qual recebe montante em dólar pré-fixado e paga montante em peso argentino pré-fixado, ambas em moeda local. As contrapartes são sempre instituições financeiras de primeira linha e com baixo risco de crédito.

Os instrumentos derivativos podem ser resumidos e categorizados da seguinte forma:

			_				Consolidado
	n · -	20/00/2022	Valor de referência	20/00/2022	Valor a receber	20/00/2022	Valor a paga
Contratos de Proteção Patrimonial	Posição	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Contratos a termo de Moedas				7.047	2246	2.544	
Vencimento em 2022 Vencimento em 2023	comprado em US\$	US\$ 54,0 milhões	US\$ 9,9 milhões	7.247 13.359	3.246	3.566 785	•
Contratos de Commodities	comprado em US\$	US\$ 32,5 milhões	-	13.339	-	783	
Vencimento em 2023	comprado em US\$	US\$ 5,5 milhões	=	1.713	=	621	
Total valor justo instrumentos financeiros			<u>-</u>	22.319	3.246	4.972	<u></u>
Valor justo de derivativos				30.	/09/2022	3	1/12/2021
-			_	30/			
Ativo circulante			_		22.319		3.246
			_		22.319		3.246
Valor justo de derivativos					4.972		
Passivo circulante			_				
			=		4.972		
					Dariod	o de 9 meses	findos om
Demonstração do Resultado			_	30/	/09/2022		0/09/2021
Ganho com instrumentos	financeiros		-		44.358		20.589
Perda com instrumentos fi					(23.822)		(1.027)
			_		20.536		19.562
Demonstração do Resultado A	Abrangente		=				
Ganhos com instrumentos	financeiros				1.235		-
Perda com instrumentos fi	nanceiros		_		<u> </u>		(2.674)
					1.235		(2.674)

f) Hedge de investimento líquido (Net investment hedge)

A Companhia optou por designar como *hedge* parte dos investimentos líquidos em controladas no exterior em contrapartida às operações de *Ten/Thirty Years Bonds*. Como consequência, o efeito da variação cambial dessas dívidas no montante de US\$ 1,1 bilhão (designadas como *hedge*) tem sido reconhecido na Demonstração dos Resultados Abrangentes.

A Companhia provou a efetividade do *hedge* a partir das suas datas de designação e demonstrou a alta efetividade do *hedge* a partir da contratação de cada dívida para aquisição dessas empresas no exterior, cujos efeitos foram mensurados e reconhecidos diretamente nos Resultados Abrangentes como uma perda não realizada de R\$ 54.237 e ganho não realizado de R\$ 97.001, para os períodos de 3 e 9 meses, findos em 30/09/2022, respectivamente na Controladora (perda não realizada de R\$ 247.887 e perda não realizada de R\$ 146.309 para os períodos de 3 e 9 meses, findos em 30/09/2021, respectivamente) e como uma perda não realizada de R\$ 164.322 e ganho não realizado de R\$ 303.928 para os períodos de 3 e 9 meses, findos em 30/09/2022, respectivamente no Consolidado (perda não realizada de R\$ 757.828 e perda não realizada de R\$ 447.163 para os períodos de 3 e 9 meses, findos em 30/09/2021, respectivamente.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado) Revisadas pelo auditor independente na extensão descrita no relatório de 8 de novembro de 2022

O objetivo do *hedge* é proteger, durante a existência da dívida, o valor de parte do investimento da Companhia em controladas no exterior contra oscilações positivas e negativas na taxa de câmbio. Este objetivo é consistente com a estratégia de gerenciamento de riscos da Companhia. Os testes prospectivos e retrospectivos demonstraram a efetividade destes instrumentos.

g) Mensuração do valor justo:

As IFRS definem o valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A norma também estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela empresa, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não-observáveis. As IFRS descrevem os três níveis de informações que devem ser utilizados na mensuração ao valor justo:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2 – Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para substancialmente a integralidade dos termos dos ativos e passivos.

Nível 3 – Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

Em 30/09/2022, a Companhia mantinha certos ativos cuja mensuração ao valor justo é requerida em bases recorrentes. Estes ativos incluem investimentos em títulos privados e instrumentos derivativos.

Os ativos e passivos financeiros da Companhia, mensurados a valor justo em bases recorrentes e sujeitos a divulgação conforme os requerimentos da IFRS 7 (CPC 40) em 30/09/2022 e 31/12/2021, são os seguintes:

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado) Revisadas pelo auditor independente na extensão descrita no relatório de 8 de novembro de 2022

			Mensura	Consolidado ção ao valor justo	
		Saldo Contábil	Preços cotados em mercados n ativos para ativos similar (Nível		
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021	
Ativo circulante					
Aplicações financeiras	2.855.876	3.392.284	2.855.876	3.392.284	
Contas a receber de clientes	6.664.613	5.414.075	6.664.613	5.414.075	
Valor justo de derivativos	22.319	3.246	22.319	3.246	
Outros ativos circulantes	782.123	683.525	782.123	683.525	
Ativo não circulante					
Partes relacionadas	-	2.678	-	2.678	
Outros ativos não circulantes	762.850	580.274	762.850	580.274	
	11.087.781	10.076.082	11.087.781	10.076.082	
Passivo circulante					
Fornecedores	9.109.329	8.017.140	9.109.329	8.017.140	
Empréstimos e Financiamentos	1.634.057	234.537	1.634.057	234.537	
Debêntures	2.251.621	1.531.956	2.251.621	1.531.956	
Valor justo de derivativos	4.972	-	4.972	-	
Obrigações com FIDC	-	45.497	-	45.497	
Outros passivos circulantes	1.095.608	1.092.122	1.095.608	1.092.122	
Passivo não circulante					
Empréstimos e Financiamentos	8.171.125	10.875.249	8.171.125	10.875.249	
Debêntures	798.805	1.397.951	798.805	1.397.951	
Partes relacionadas	30.808	24.648	30.808	24.648	
Outros passivos não circulantes	549.125	408.200	549.125	408.200	
	23.645.450	23.627.300	23.645.450	23.627.300	

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado) Revisadas pelo auditor independente na extensão descrita no relatório de 8 de novembro de 2022

			Mensuraçã	Controladora to ao valor justo
		Saldo Contábil	Preços cotados er ativos para a	n mercados não ativos similares (Nível 2)
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Ativo circulante				
Aplicações financeiras	451.396	779.745	451.396	779.745
Outros ativos circulantes	12.253	4.333	12.253	4.333
Ativo não circulante				
Outros ativos não circulantes	6.605	8.636	6.605	8.636
	470.254	792.714	470.254	792.714
Passivo circulante				
Outros passivos circulantes	29.686	1.725	29.686	1.725
Passivo não circulante				
Outros passivos não circulantes	102	-	102	-
-	29.788	1.725	29.788	1.725

h) Movimentação dos passivos do Fluxo de caixa das atividades de financiamento:

Conforme requerido pela norma IAS 7 (CPC 03), a Companhia demonstra a seguir a movimentação dos passivos do Fluxo de caixa das atividades de financiamento, da sua Demonstração dos Fluxos de Caixa:

		Alterações caixa		Alteraçõe		
Consolidado	Saldo em 01/01/2021	Recebidos/(Pagos) de atividades de financiamento	Pagamento de Juros	Despesa de juros sobre dívidas e Juros sobre mútuos	Variação cambial e outros	Saldo em 30/09/2021
Partes Relacionadas, líquidas	(111.499)	15.669	-	(4.942)	1	(100.771)
Arrendamento mercantil a pagar	856.474	(205.259)	(47.735)	47.735	253.852	905.067
Empréstimos, Financiamentos, Debentures e Valor justo de derivativos	17.516.322	(1.195.111)	(599.055)	705.992	697.050	17.125.198
		Alteraç	ões caixa	Alteraçõe	s não caixa	
Consolidado	Saldo em 31/12/2021	Alteraç Recebidos/(Pagos) de atividades de financiamento	ões caixa Pagamento de Juros	Alteraçõe Despesa de juros sobre dívidas e Juros sobre mútuos	s não caixa Variação cambial e outros	Saldo em 30/09/2022
Consolidado Partes Relacionadas, líquidas		Recebidos/(Pagos) de atividades de financiamento	Pagamento de Juros	Despesa de juros sobre dívidas e Juros	Variação cambial e	
	31/12/2021	Recebidos/(Pagos) de atividades de financiamento 8.699	Pagamento de Juros	Despesa de juros sobre dívidas e Juros sobre mútuos	Variação cambial e	30/09/2022

NOTA 15 – PASSIVOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E ATIVOS CONTINGENTES

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e administrativas de natureza tributária, cível e trabalhista. A Administração, baseada na opinião de seus consultores legais, acredita que a provisão para estas ações judiciais e administrativas é suficiente para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis decorrentes de decisões desfavoráveis, bem como que as decisões definitivas não terão efeitos significativos na posição econômico-financeira da Companhia e suas controladas.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado) Revisadas pelo auditor independente na extensão descrita no relatório de 8 de novembro de 2022

A provisão foi constituída considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração para os processos cuja expectativa de perda foi avaliada como provável, sendo suficiente para fazer face às perdas esperadas. Os saldos das provisões são os seguintes:

I) Provisões

_		Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021	
a) Provisões tributárias	-	-	1.360.939	1.270.473	
b) Provisões trabalhistas	52	49	457.576	435.852	
c) Provisões cíveis		35	37.888	34.785	
_	52	84	1.856.403	1.741.110	

a) Provisões tributárias

As provisões tributárias referem-se, substancialmente, às discussões relativas à ICMS, IPI, incertezas tributárias relativas ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, contribuições previdenciárias, compensação de créditos de PIS e COFINS e incidência de PIS e COFINS sobre outras receitas.

b) Provisões trabalhistas

A Companhia é parte em um grupo de ações judiciais e/ou administrativas de natureza trabalhista, individuais e coletivas, que envolvem verbas trabalhistas diversas e a provisão decorre de decisões desfavoráveis e/ou de probabilidade de perda provável no curso normal dos processos com expectativa de saída de recurso financeiro pela Companhia.

c) Provisões cíveis

A Companhia é parte em um grupo de ações judiciais, arbitrais e/ou administrativas de natureza cível que envolvem pedidos diversos e a provisão decorre de decisões desfavoráveis e/ou de probabilidade de perda provável no curso normal dos processos com expectativa de saída de recurso financeiro pela Companhia.

A movimentação da provisão para passivos tributários, cíveis e trabalhistas está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado
30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
84	806	1.741.110	1.173.317
2	82	213.282	801.492
6	2	107.839	42.435
(40)	(806)	(204.677)	(277.053)
		(1.151)	919
52	84	1.856.403	1.741.110
	84 2 6 (40)	30/09/2022 31/12/2021 84 806 2 82 6 2 (40) (806)	30/09/2022 31/12/2021 30/09/2022 84 806 1.741.110 2 82 213.282 6 2 107.839 (40) (806) (204.677) - - (1.151)

II) Passivos contingentes não provisionados

Considerando a opinião dos Assessores Jurídicos e a avaliação da Administração, os processos relacionados a seguir possuem expectativa de perda avaliada como possível (mas, não provável) e devido a esta classificação não são efetuadas provisões contábeis de acordo com as normas do CPC e IFRS.

a) Contingências tributárias

- **a.1**) A Metalúrgica Gerdau S.A., e suas controladas Gerdau S.A., Gerdau Aços Longos S.A. e Gerdau Açominas S.A., são partes em discussões que tratam de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ICMS, substancialmente relativas a direito de crédito e diferencial de alíquota, cujas demandas perfazem o total atualizado de R\$ 553.700.
- **a.2**) A Metalúrgica Gerdau S.A., e algumas de suas controladas no Brasil são partes em demandas que tratam de (i) Imposto sobre Produtos Industrializados IPI, substancialmente relativas a crédito de IPI sobre insumos, cujas demandas perfazem o total atualizado de R\$ 421.551, (ii) Programa de Integração Social PIS e Contribuição para Financiamento da Seguridade

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)
Revisadas pelo auditor independente na extensão descrita no relatório de 8 de novembro de 2022

Social – COFINS, substancialmente relativas a não homologação de compensação de créditos sobre insumos no total de R\$ 1.701.078, (iii) contribuições previdenciárias no total de R\$ 137.849 e (iv) outros tributos, cujo valor total atualizado importa em R\$ 722.130.

- a.3) As controladas Gerdau S.A e Gerdau Aços Longos S.A. são partes em processos administrativos relativos ao Imposto de Renda Retido na Fonte, cobrados sobre juros remetidos ao exterior, vinculados a financiamentos de exportação formalizados mediante Contratos de "Pré-pagamento de Exportações" (PPE) ou de "Recebimento Antecipado de Exportações" (RAE), no valor atualizado de R\$ 1.683.022, dos quais: (i) R\$ 1.046.222 correspondem a sete processos da controlada Gerdau Aços Longos S.A. que tramitam na esfera administrativa, onde, atualmente, quatro processos estão na primeira instância do Conselho Administrativo de Recurso Fiscais (CARF) aguardando o julgamento dos Recursos Voluntários interpostos pela Companhia, um processo em que, em julgamento recente, foi provido o Recurso Especial interposto pela empresa, estando pendente a publicação do acórdão, e, por fim, outros 2 processos que se encontram na Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF) do CARF, para julgamento de Recursos Especiais interpostos pela Companhia; e (ii) R\$ 636.800 correspondem a três processos da controlada Gerdau S.A., dos quais dois processos se encontram na Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF) do CARF, para julgamento de Recursos Especiais e de Agravo interpostos, e um processo que teve sua impugnação apresentada e aguarda julgamento pela Delegacia da Receita Federal de Julgamento (DRJ).
- **a.4**) A controlada Gerdau S.A., é parte em processos administrativos relativos à glosa da dedutibilidade do ágio gerado nos termos dos artigos 7º e 8º da Lei Nº 9.532/97, da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido CSLL, decorrente de reestruturação societária iniciada em 2010. O valor total atualizado das autuações importa em R\$ 501.121, dos quais: (i) R\$ 26.714 correspondem a um processo em que foram rejeitados os Embargos de Declaração opostos contra a decisão que deu provimento ao recurso de ofício em favor da Fazenda Nacional, estando pendente de julgamento o Recurso Especial interposto pela companhia; (ii) R\$ 229.759 correspondem a um processo em que, recentemente, a Companhia teve seu Recurso Voluntário provido no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), estando o acórdão pendente de publicação; (iii) R\$ 84.430 correspondem a um processo em que a Companhia teve seu Recurso Voluntário provido no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), estando pendente de publicação o acórdão; e (iv) R\$ 160.218 correspondem a um Auto de Infração recebido pela Companhia em 02/12/2019, em face do qual apresentou Impugnação em 27/12/2019, julgada procedente em parte pela Delegacia da Receita Federal de Julgamento (DRJ), estando pendente de julgamento no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) o Recurso Voluntário interposto.
- a.5) A controlada Gerdau S.A. (na condição de sucessora de Gerdau Aços Especiais S.A.) e sua controlada Gerdau Internacional Empreendimentos Ltda. são partes em processos judiciais relativos ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido CSLL, no valor atualizado de R\$ 1.321.351 Tais processos dizem respeito a lucros gerados no exterior, dos quais: (i) R\$ 1.085.768 correspondem a dois processos judiciais da controlada Gerdau Internacional Empreendimentos Ltda. Um dos processos tramita na primeira instância, aguardando sentença nos Embargos à Execução Fiscal opostos pela Companhia e outro tramita no Tribunal Regional Federal da 4ª Região, onde teve início o julgamento dos recursos de apelação interpostos pelas partes, tendo o Relator proferido voto dando provimento ao apelo da Companhia para extinguir a Execução Fiscal e negando provimento ao apelo da União; e (ii) R\$ 235.583 correspondem a processo envolvendo a Gerdau S.A. (na condição de sucessora de Gerdau Aços Especiais S.A.), em trâmite na primeira instância aguardando sentença nos Embargos à Execução Fiscal opostos pela Companhia.
- a.6) As controladas Gerdau S.A. (por si e na condição de sucessora de Gerdau Aços Especiais S.A.), Gerdau Aços Longos S.A. e Gerdau Açominas S.A., são partes em processos administrativos e judiciais relativos à glosa da dedutibilidade do ágio gerado nos termos dos artigos 7º e 8º da Lei Nº 9.532/97, da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, decorrente da reorganização societária realizada em 2004/2005. O valor total atualizado das autuações importa em R\$ 8.594.587, dos quais: (i) R\$ 5.674.132 correspondem a quatro processos da controlada Gerdau S.A. (na condição de sucessora de Gerdau Aços Especiais S.A.) e de suas controladas Gerdau Aços Longos S.A. e Gerdau Açominas S.A., cuja discussão administrativa já se encerrou e se encontram atualmente em fase de cobrança judicial, tendo as Companhias iniciado as discussões judiciais em Embargos à Execução, nos respectivos processos, sendo que, nos Embargos à Execução ajuizados pela controlada Gerdau S.A. (na condição de sucessora de Gerdau Acos Especiais S.A.), em 08/04/2021, em julgamento realizado no Tribunal Regional Federal da 4ª Região, foi negado provimento ao recurso de apelação interposto pela Fazenda Nacional, sendo mantida a sentença que julgou improcedente o lançamento fiscal, estando pendente de julgamento os recursos especial e extraordinário interpostos pela Fazenda Nacional; e ainda, nos Embargos à Execução ajuizados pela controlada Gerdau Aços Longos S.A. (na condição de sucessora de Gerdau Comercial de Aços S.A.), está pendente de julgamento no Tribunal Regional Federal da 2ª Região o recurso de apelação interposto pela Fazenda Nacional contra a sentença que julgou improcedente o lançamento fiscal; (ii) R\$ 338.662 correspondem a um processo da controlada Gerdau Aços Longos S/A, em que parte do débito cuja discussão administrativa já se encerrou e se encontra em discussão judicial, estando pendente de julgamento no Tribunal Regional Federal da 2ª Região o recurso de

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado) Revisadas pelo auditor independente na extensão descrita no relatório de 8 de novembro de 2022

apelação interposto pela Fazenda Nacional contra a sentença que julgou procedentes os Embargos à Execução e reconheceu a insubsistência do lançamento fiscal; (iii) R\$ 314.504 correspondem a um processo da controlada Gerdau Aços Longos S/A, em que parte do débito cuja discussão administrativa se encerrou e se encontra em discussão judicial, na qual está pendente de julgamento o recurso de apelação interposto pela Companhia contra a sentença que julgou improcedentes seus Embargos à Execução Fiscal; (iv) R\$ 5.507 correspondem a um processo da controlada Gerdau Aços Longos S.A., cuja discussão administrativa se encerrou, e que se encontra em trâmite na primeira instância aguardando sentença nos Embargos à Execução Fiscal opostos pela Companhia; (v) R\$ 88.048 correspondem a um processo da controlada Gerdau Aços Longos S.A., cuja discussão administrativa se encerrou, e que se encontra em trâmite na primeira instância aguardando sentença nos Embargos à Execução Fiscal opostos pela Companhia; (vi) R\$ 145.446 correspondem a um processo da controlada Gerdau S.A. (na condição de sucessora de Gerdau Aços Especiais S.A.), que está na Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF) do CARF para julgamento do Recurso Especial interposto pela Companhia; (vii) R\$ 188.016 correspondem a um processo da controlada Gerdau Aços Longos S.A., que está na Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF) do CARF para julgamento dos Recursos Especiais interpostos pela Companhia e pela Fazenda Nacional; (viii) R\$ 116.888 correspondem a um processo da controlada Gerdau S.A. (na condição de sucessora de Gerdau Aços Especiais S.A.), que se encontra na Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF) do CARF para julgamento do Recurso Especial interposto pela Companhia; (ix) R\$ 610.407 correspondem a um processo da controlada Gerdau Aços Longos S.A., que tramita na primeira instância do Conselho Administrativo de Recurso Fiscais (CARF) aguardando o julgamento do Recurso Voluntário interposto pela Companhia; (x) R\$ 535.286 correspondem a um processo da controlada Gerdau Aços Longos S.A., em trâmite perante a primeira instância do Conselho Administrativo de Recurso Fiscais (CARF), na qual aguarda o julgamento do Recurso Voluntário interposto pela Companhia; (xi) R\$ 153.005 correspondem a um processo da controlada Gerdau Aços Longos S.A., desmembrado do processo mencionado no item "vii" supra, e que atualmente se encontra em fase de cobrança judicial, estando pendente de julgamento o recurso de apelação interposto contra a sentença que julgou improcedentes os Embargos à Execução Fiscal opostos pela Companhia; e (xii) R\$ 424.686 correspondem a um processo da controlada Gerdau Aços Longos S.A., desmembrado do processo mencionado no item "vii" supra, e que atualmente se encontra em fase de cobrança judicial, estando pendente de julgamento no Tribunal Regional Federal da 2ª Região os recursos de apelação interpostos pela Companhia e pela Fazenda Nacional contra a sentença que julgou procedente os Embargos à Execução e reconheceu a insubsistência dos créditos objeto da execução fiscal.

Os assessores jurídicos tributários da Companhia confirmam que os procedimentos adotados pela Companhia, com relação ao tratamento tributário dos lucros gerados no exterior e à dedutibilidade do ágio, que ensejaram os processos acima mencionados, observaram a estrita legalidade, e, portanto, tais processos são classificados como de perda possível (mas, não provável).

As autoridades federais e o Judiciário brasileiros estão investigando determinados assuntos relacionados aos procedimentos no CARF, bem como doações eleitorais específicas efetuadas pela Companhia, com a finalidade de determinar se a Companhia teria incorrido em condutas ilícitas. A Companhia divulgou anteriormente que, adicionalmente às suas interações com as autoridades brasileiras, estava fornecendo informações requeridas pela U.S. *Securities and Exchange Commission* ("SEC"). Desde então, a Companhia foi informada pela equipe da SEC de que encerrou sua investigação e, portanto, não está buscando mais informações, com relação a tais assuntos. A Companhia acredita não ser possível, neste momento, prever a duração ou os resultados dos procedimentos no Brasil e que atualmente não há informações suficientes para determinar se uma provisão para perdas é requerida ou para divulgar qualquer contingência.

A Companhia, seus acionistas controladores, conselheiros de administração e diretores estatutários não são parte de investigações, procedimentos ou ações judiciais de matéria criminal, em curso, associadas às investigações feitas pelas autoridades federais brasileiras e pelo Poder Judiciário relacionadas a processos do CARF e contribuições políticas específicas feitas pela Companhia.

b) Contingências cíveis

b.1) Processo decorrente de representação de dois sindicatos de construção civil de São Paulo, alegando que Gerdau S.A. e outros produtores de aços longos no Brasil dividiriam clientes entre si, infringindo a legislação antitruste. Após investigações conduzidas pela SDE - Secretaria de Direito Econômico, a opinião desta foi de que existiu um cartel. O processo, então, foi encaminhado ao CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) para julgamento, que culminou na condenação da Companhia e demais empresas produtoras de aços longos, em 23/09/2005, ao pagamento de multa equivalente a 7% do faturamento bruto, por elas registrado, no exercício anterior à instauração do Processo Administrativo, excluídos impostos (multa de R\$ 245.070 que, atualizados, em 01/08/2013, pela Contadoria Judicial, correspondem a R\$ 417.820).

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado) Revisadas pelo auditor independente na extensão descrita no relatório de 8 de novembro de 2022

Duas ações judiciais questionam a investigação conduzida pelo Sistema de Defesa da Concorrência e seu julgamento de mérito, cujos fundamentos são irregularidades processuais, em especial o impedimento para a produção de prova, consubstanciada em estudo econômico, para a comprovação da inexistência de cartel. A suspenção dos efeitos da decisão do CADE foi deferida pelo Juízo, mediante oferta de carta de fiança bancária. Ambas as ações foram julgadas improcedentes e suas respectivas apelações também foram improvidas pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Contra ambas as decisões, foram interpostos recursos direcionados ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal, após juízo de admissibilidade, o recurso ao Superior Tribunal de Justiça foi admitido com deferimento de efeito suspensivo e da substituição da fiança ofertada por seguro garantia, em decisão de 8/10/2019.

No mesmo despacho em que o Desembargador Vice-Presidente deu efeito suspensivo ao Recurso Especial, para o fim de trocar a garantia, houve o indeferimento do Recurso Extraordinário, sob o fundamento de violação a julgado com repercussão geral reconhecida. Contra tal decisão, interpusemos Agravo Interno para o Plenário do TRF1, que foi julgado improcedente.

Em 08/11/2022, a Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) proveu, por unanimidade, o Recurso Especial da Companhia, anulando o processo desde a fase instrutória do CADE. Embora o julgamento tenha se tornado público através de mídia eletrônica, salientamos que a decisão desta data ainda não foi formalizada através do competente acórdão.

A Gerdau nega ter se engajado em qualquer tipo de prática anticompetitiva e está certa de que não praticou a conduta que lhe foi imputada, entendimento esse partilhado por consultores legais. O julgamento do STJ acima informado corrobora o entendimento da Companhia a este respeito.

b.2) A Companhia e suas controladas são partes em outras demandas de natureza cível que possuem em conjunto um montante em discussão de aproximadamente R\$ 491.620. Para tais demandas não foi efetuada provisão contábil, pois estas foram consideradas como de perda possível, com base na opinião de seus consultores legais.

c) Contingências trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes em outras demandas de natureza trabalhista que possuem em conjunto um montante em discussão de aproximadamente R\$ 692.972. Para tais demandas não foi efetuada provisão contábil, pois estas foram consideradas como de perda possível, com base na opinião de seus consultores legais.

III) Depósitos judiciais

A Companhia mantém depósitos judiciais vinculados às provisões tributárias, trabalhistas e cíveis, e estão assim demonstrados:

		Controladora		Consolidado		
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021		
Tributários	219	201	1.560.332	1.449.900		
Trabalhistas	-	-	76.602	73.709		
Cíveis	1.236	1.020	151.497	136.990		
	1.455	1.221	1.788.431	1.660.599		

O saldo de depósitos judiciais registrado em 30/09/2022, no montante de R\$ 1.463.815, corresponde a depósitos judiciais realizados até junho/2017, referentes à mesma discussão sobre a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS, que aguarda o encerramento processual das ações no judiciário para ser restituído à Companhia.

Para tais ações, a Companhia e suas controladas vinham realizando depósitos judiciais e provisões contábeis dos valores em discussão, atualizados pela taxa SELIC, que se referiam aos valores não liquidados de PIS e COFINS desde 2009, cuja exigibilidade estava integralmente suspensa, em função da realização dos referidos depósitos.

Em 15/03/2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) analisou processo relacionado a esse assunto, e, por 6 votos a 4, foi tomada a seguinte decisão: "O ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS". A decisão tomada pelo STF, a princípio, produz efeitos em todos os processos com nove ações judiciais, em função de sua repercussão geral. Oito destas ações judiciais já contam com decisão final favorável transitada em julgado, tendo a receita sido

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado) Revisadas pelo auditor independente na extensão descrita no relatório de 8 de novembro de 2022

reconhecida no trânsito em julgado das ações, considerando para fins de cálculo a exclusão do ICMS destacado nas notas fiscais, como reconhecido nas decisões transitadas em julgado, e está preparando os documentos para efetuar a habilitação do seu crédito e poder dar início aos procedimentos de compensação e/ou já habilitou perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil. Cabe destacar que a Companhia possui ainda uma ação de repetição de indébito que aguarda o respectivo trânsito em julgado, na qual a Companhia pleiteia o reconhecimento de R\$ 683 milhões (R\$ 643 milhões, líquidos de despesas relacionadas) referente a créditos anteriores à propositura da Ação Judicial.

Em 13/05/2021, o Supremo Tribunal Federal julgou o recurso de embargos de declaração que a Procuradoria da Fazenda Nacional havia oposto alegando que a decisão do Supremo fora omissa em determinados pontos, e requerendo a modulação dos efeitos da decisão. No referido julgamento, o STF acolheu, em parte, os embargos de declaração, para modular os efeitos do julgado cuja produção haverá de se dar após 15/03/2017 (data em que julgado o RE Nº 574.706), ressalvadas as ações judiciais ou processos administrativos instaurados até essa data, e rejeitou os embargos quanto à alegação de omissão, obscuridade ou contradição e, no ponto relativo ao ICMS excluído da base de cálculo das contribuições PIS-COFINS, firmou o entendimento de que se trata do ICMS destacado.

A partir deste julgamento, o conceito de praticamente certo para fins da entrada de benefícios econômicos e reconhecimento do ativo e o correspondente ganho passou a ser demonstrado. Desta forma, ainda que não tenha ocorrido o trânsito em julgado de duas ações que estavam pendentes do julgamento, a Companhia reconheceu no 2° trimestre de 2021, com suficiente confiabilidade, os valores de créditos tributários a que tem direito, no valor de R\$ 683 milhões (R\$ 643 milhões, líquidos de despesas relacionadas) referente a créditos anteriores à propositura das Ações Judiciais.

Os valores reconhecidos no resultado da Companhia relativos à recuperação de créditos decorrentes dos processos de ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS (líquidos de despesas relacionadas) foi de R\$ 1,2 bilhão no ano de 2021, sendo R\$ 393,3 milhões na linha de Outras Receitas Operacionais e R\$ 788,7 milhões na linha de Atualização de créditos tributários.

Em virtude do momento econômico fortemente impactado pela pandemia provocada pela Covid-19, bem como pelo fato de que a legislação processual expressamente prevê a equiparação de seguro-garantia a dinheiro, a controlada Gerdau Aços Longos S.A. solicitou a substituição dos valores por ela depositados ao longo de anos versando sobre a Inclusão do ICMS na Base de Cálculo do PIS e da COFINS por um seguro-garantia apresentado pela Companhia, no valor de R\$ 1,7 bilhão, o qual cumpre todos os requisitos estabelecidos pela PGFN (Procuradoria Geral da Fazenda Nacional) e pode ser convertido em renda a qualquer momento, garantindo que a Fazenda Pública receba todos os valores que eventualmente venham a ser devidos ao final do processo.

Na decisão de 1ª instância, portanto, houve uma decisão pela liberação dos recursos depositados para a Companhia. A Fazenda Pública recorreu ao Tribunal e conseguiu uma decisão revertendo a liberação dos valores. A Companhia, então, ofereceu reclamação para dirimir divergência entre a decisão proferida pelo Desembargador Federal, integrante da 4ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, nos autos do processo Nº 50003743-37.2020.4.02.0000, e a jurisprudência do STF (Tema Nº 69). Com liminar inicialmente favorável, a decisão foi suspensa posteriormente para aguardar a manifestação da Fazenda Nacional sobre a multa por litigância de má-fé aplicada em face da Companhia. Após a manifestação, que não trouxe qualquer elemento adicional em relação à multa por litigância de má-fé aplicada, o Ministro entendeu pelo não cabimento da Reclamação por ausência de esgotamento das vias ordinárias.

A multa por litigância de má-fé, aplicada em virtude da alegação de suposta tentativa de indução à erro do Judiciário, foi cancelada pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, ao dar parcial provimento, por unanimidade, ao recurso de agravo de instrumento interposto pela Companhia, que atualmente aguarda o julgamento do recurso de Embargos de Declaração opostos pela Fazenda Nacional.

IV) Empréstimos compulsórios Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás)

O Empréstimo Compulsório, instituído pelo Governo brasileiro com o objetivo de expandir e melhorar o setor elétrico do país foi cobrado e recolhido dos consumidores industriais com consumo mensal igual ou superior a 2000kwh, através das "contas de luz" emitidas pelas empresas distribuidoras de energia elétrica, foi revertido em créditos para os contribuintes tendo como base o valor anual destas contribuições efetuadas entre 1977 e 1993. A legislação fixou um prazo máximo de 20 anos para devolução do empréstimo compulsório aos contribuintes, facultando à Eletrobras a possibilidade de antecipação dessa devolução, através de conversão dos créditos em ações de sua emissão.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado) Revisadas pelo auditor independente na extensão descrita no relatório de 8 de novembro de 2022

Antes da conversão dos créditos em ações, estes eram corrigidos através de um indexador e quantificador, denominado Unidade Padrão (UP). Ocorre que o Empréstimo Compulsório era cobrado das empresas mensalmente nas contas de energia elétrica, consolidado durante o ano, e apenas indexado pela UP em janeiro do ano seguinte, ocasionando uma falta de correção monetária mensal durante os anos de recolhimento, assim como os juros. Esse procedimento imputou aos contribuintes considerável perda financeira, em especial durante períodos em que os índices de inflação se situavam em patamares mensais bastante elevados. Como forma de buscar a adequada correção monetária e juros, subtraídos pela metodologia aplicada pela Eletrobras, a Companhia (entendendo-se as pessoas jurídicas existentes à época e que posteriormente passaram a integrar a Gerdau S.A.) postulou ações judiciais pleiteando créditos decorrentes de diferenças de correção monetária de principal, juros remuneratórios, moratórios e demais verbas acessórias devidas pela Eletrobras em razão dos empréstimos compulsórios.

A Companhia mantém processos em trâmite perante o Poder judiciário, versando sobre o tema, com decisões de trânsito em julgado quanto ao mérito, favoráveis à Companhia. No tocante a um desses processos, envolvendo a Metalúrgica Gerdau S.A. e sua controlada direta Gerdau S.A. e sua controlada indireta Seiva S.A. - Florestas e Indústrias, em 25/11/2020 foi proferida decisão que homologou o laudo pericial elaborado pelo perito judicial designado pelo Juízo, fixando o valor a receber a favor das Companhias. Essa decisão foi mantida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro em julgamento em 10/08/2021, e em 10/09/2021 a Eletrobras efetivou o depósito/pagamento judicial do valor da condenação determinada pelo Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, devidamente acrescidos de encargos de mora e de sucumbência. Assim, considerando o atual estágio processual, a Companhia concluiu que dito ativo, até então tratado como contingente, em função de incertezas quanto ao prazo, a forma e o montante que seria efetivamente realizado e agora definidos, preencheu as características contábeis referentes à entrada de benefícios econômicos, nos termos do parágrafo 35 do CPC Nº 25 (IAS 37), o que implicou no reconhecimento pela Companhia, no 3° trimestre de 2021, de ganho no resultado de R\$ 13.501 na Controladora e R\$ 1.404.781 no Consolidado, líquidos de honorários e despesas relacionadas. A Companhia esclarece que em 21/12/2021 todo o valor foi depositado na conta da Companhia, após a apresentação de seguro garantia. A Companhia reforça que a decisão que fixou o valor devido em favor do grupo Gerdau foi mantida em todas as instâncias do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, tendo sido indeferido o pedido de suspensão pelo Superior Tribunal de Justiça - STJ; e que cuida-se de execução definitiva, fundada em título executivo judicial transitado em julgado, não mais sujeito à desconstituição de qualquer natureza perante o Poder Judiciário, cabendo apenas recursos e medidas com remotas possibilidades de acolhimento, em vista do seu caráter apenas protelatório.

Os outros processos em trâmite perante o Poder judiciário, versando sobre o tema, com decisões de trânsito em julgado quanto ao mérito, favoráveis à Companhia, totalizam aproximadamente R\$ 77 milhões.

V) Outros ativos contingentes

A Administração da Companhia acredita que a realização de certos ativos contingentes de natureza tributária é possível. Entretanto, tais ativos não foram reconhecidos contabilmente, em função de que ainda não tiveram seu transito em julgado e/ou que existem incertezas quanto ao prazo, a forma e o montante que será efetivamente realizado, não sendo ainda desta forma praticável determinar com segurança que o valor do ganho sob a forma de encaixe dos recursos decorrentes dessas decisões tenha atingido o patamar de praticamente certo (*virtually certain*) e que a Companhia possua o controle sobre tais ativos, o que implica em que tais ganhos não sejam registrados contabilmente até que tais condições estejam comprovadamente presentes. A Companhia estima que tais ativos contingentes somam aproximadamente R\$ 750 milhões.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado) Revisadas pelo auditor independente na extensão descrita no relatório de 8 de novembro de 2022

NOTA 16 – SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Composição dos saldos de empréstimos/financiamentos

			Consolidado
	Vencimento	30/09/2022	31/12//2021
Ativos			
Outros			
Fundação Gerdau		-	2.678
	_		2.678
Passivos			
Empresas controladas em conjunto			
Gerdau Corsa S.A.P.I de C.V.	01/01/2023	(5.324)	-
Bradley Steel Processors Inc.	01/08/2023	(25.484)	(24.648)
	_	(30.808)	(24.648)
	_	Períodos de 9	meses findos em
	_		Consolidado
	_	30/09/2022	30/09/2021
(Despesas) Receitas financeiras líquidas		(139)	4.942

b) Operações com partes relacionadas

No período de 3 meses findo em 30/09/2022, a Companhia, através de suas controladas, efetuou operações comerciais com algumas de suas empresas coligadas e com controle compartilhado decorrentes de vendas no montante de R\$ 174.619 (R\$ 165.963 em 30/09/2021) e de compras no montante de R\$ 61.171 em 30/09/2022 (R\$ 85.577 em 30/09/2021). O saldo líquido monta R\$ 113.448 em 30/09/2022 (80.386 em 30/09/2021). No período de 9 meses findo em 30/09/2022 a Companhia, através de suas controladas, efetuou operações comerciais com algumas de suas empresas coligadas e com controle compartilhado decorrentes de vendas no montante de R\$ 1.171.524 (R\$ 552.128 em 30/09/2021) e de compras no montante de R\$ 231.741 em 30/09/2022 (R\$ 231.804 em 30/09/2021). O saldo líquido monta R\$ 939.603 em 30/09/2022 (R\$ 320.325 em 30/09/2021).

Em 30/09/2022, a Companhia e suas controladas tem a receber de acionistas controladores, referentes à venda de imóvel, o valor de R\$ 21.827 em termos consolidados. Adicionalmente, a Companhia registrou uma receita de R\$ 210 e R\$ 648 nos períodos findos de 3 e 9 meses, respectivamente (R\$ 174 e R\$ 470 em 30/09/2021) em termos consolidados, oriunda substancialmente de contrato de locação.

Garantias concedidas

Parte Relacionada	Vínculo	Objeto	Valor Original	Vencimento	30/09/2022	31/12/2021
Gerdau Corsa S.A.P.I. de C.V.	Empresa controlada em conjunto	Contratos de Financiamento	5.322.363	Set/27	621.715	2.157.290

c) Condições de preços e encargos

Os contratos de empréstimos entre as partes relacionadas são atualizados por taxas fixas e/ou de mercado como *Euribor* mais variação cambial, quando aplicável. As transações de compras e vendas de insumos e produtos são efetuadas em condições e prazos pactuados entre as partes.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado) Revisadas pelo auditor independente na extensão descrita no relatório de 8 de novembro de 2022

d) Remuneração da Administração

No período de 3 meses findo em 30/09/2022, o custo com remuneração da administração, em salários, remuneração variável e benefícios foi de R\$ 694 (R\$ 961 em 30/09/2021) na controladora e R\$ 1.881 em 30/09/2022 (R\$ 2.294 em 30/09/2021) em termos consolidados. No período de 9 meses findo em 30/09/2022, o custo com remuneração da administração, em salários, remuneração variável e benefícios foi de R\$ 12.217 (R\$ 18.172 em 30/09/2021) na controladora e R\$ 31.073 em 30/09/2022 (R\$ 41.463 em 30/09/2021) em termos consolidados.

No período de 3 meses findo em 30/09/2022, as contribuições para o plano de contribuição definida, relativas aos seus administradores, totalizaram R\$ 0 e R\$ 538 (R\$ 0 e R\$ 484 em 30/09/2021) na controladora e no consolidado, respectivamente. No período de 9 meses findo em 30/09/2022, as contribuições para o plano de contribuição definida, relativas aos seus administradores, totalizaram R\$ 0 e R\$ 1.480 (R\$ 0 e R\$ 1.448 em 30/09/2021) na controladora e no consolidado, respectivamente.

No período de 3 meses findo em 30/09/2022, o custo com encargos sociais da administração foi de R\$ 165 (R\$ 260 em 30/09/2021) na controladora e R\$ 5.294 (R\$ 7.149 em 30/09/2021) em termos consolidados. No período de 9 meses findo em 30/09/2022, o custo com encargos sociais da administração foi de R\$ 444 (R\$ 582 em 30/09/2021) na controladora e R\$ 15.556 (R\$ 16.714 em 30/09/2021) em termos consolidados.

No período de 3 meses findo em 30/09/2022 o custo com planos de incentivos de longo prazo reconhecidos no resultado foi de R\$ 5.219 (R\$ 4.468 em 30/09/2021) em termos consolidados. No período de 9 meses findo em 30/09/2022, o custo com planos de incentivos de longo prazo reconhecidos no resultado foi de R\$ 14.203 (R\$ 13.659 em 30/09/2021) em termos consolidados.

d) Outras informações de partes relacionadas

A Companhia tem contratado mútuo conversível em participação societária com a empresa Brasil ao Cubo S.A., apresentado na linha de Outros ativos não circulantes, no montante de R\$ 91.666 em 30/09/2022. As contribuições para as entidades assistenciais Fundação Gerdau, Instituto Gerdau e Fundação Ouro Branco, enquadradas como partes relacionadas, totalizaram R\$ 49.231 (R\$ 32.372 em 30/09/2021) em termos consolidados. Os planos de pensão com benefício definido e Plano de benefício de saúde – pós-emprego são partes relacionadas da Companhia e o detalhamento dos saldos e contribuições vem sendo apresentado na Nota de Benefícios a Empregados das Demonstrações Financeiras anuais da Companhia.

NOTA 17 - OBRIGAÇÕES COM FIDC - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS

Parte dos ativos decorrentes dos julgamentos favoráveis dos créditos junto à Eletrobras, mencionados na nota explicativa 15 iv, foram utilizados para constituição de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados, constituído e devidamente autorizado pela Comissão de Valores Mobiliários para funcionamento ("FIDC NP Barzel"). Em 14/07/2015, a cota única desse FIDC foi alienada em transação de aquisição de participações minoritárias em empresas controladas pela Gerdau S.A. Em 30/09/2022, a Companhia tem registrado no Consolidado R\$ 0 em "Obrigações com FIDC" no Passivo Circulante (R\$ 45.497 em 31/12/2021).

NOTA 18 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O Conselho de Administração poderá, independentemente de reforma estatutária, deliberar a emissão de novas ações (capital autorizado), inclusive mediante a capitalização de lucros e reservas até o limite autorizado de 500.000.000 ações ordinárias e 1.000.000.000 ações preferenciais, todas sem valor nominal. No caso de aumento de capital por subscrição de novas ações, o direito de preferência deverá ser exercido no prazo decadencial de 30 dias, exceto quando se tratar de oferta pública, quando o prazo decadencial não será inferior a 10 dias.

A reconciliação do número de ações ordinárias e preferenciais, em circulação, no início e no fim dos períodos é apresentada a seguir:

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado) Revisadas pelo auditor independente na extensão descrita no relatório de 8 de novembro de 2022

		30/09/2022		31/12/2021
	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais
Saldo no início do exercício	365.111.201	715.873.803	365.111.201	715.873.803
Aquisições de ações para tesouraria		(35.786.300)		
Saldo no fim do período/exercício	365.111.201	680.087.503	365.111.201	715.873.803

A composição acionária está assim representada:

											Composiça	o actonaria
						30/09/2022						31/12/2021
Acionistas	Ord.	%	Pref.	%	Total	%	Ord.	%	Pref.	%	Total	%
Indac - Ind. Adm. e Com. S.A. e controladas*	274.157.253	75,1	200	0,0	274.157.453	25,2	274.157.253	75,1	200	0,0	274.157.453	25,2
Investidores institucionais brasileiros	27.926.152	7,6	261.145.235	36,2	289.071.387	26,6	33.947.225	9,3	327.765.436	45,4	361.712.661	33,3
Investidores institucionais estrangeiros	4.070.455	1,1	264.527.812	36,6	268.598.267	24,7	2.898.664	0,8	244.489.244	33,9	247.387.908	22,8
Outros acionistas	58.957.341	16,2	154.414.256	21,4	213.371.597	19,6	54.108.059	14,8	143.618.923	19,9	197.726.982	18,2
Ações em tesouraria		0,0	42.044.500	5,8	42.044.500	3,9	-	0,0	6.258.200	0,8	6.258.200	0,5
	365.111.201	100,0	722.132.003	100,0	1.087.243.204	100,0	365.111.201	100,0	722.132.003	100,0	1.087.243.204	100,0

^{*}A Indac – Ind. Adm. e Com. S.A. (holding da Família Gerdau) é a controladora da Companhia e a entidade que detém o controle da Companhia em última instância.

Em 30/09/2022 estão subscritas e integralizadas 365.111.201 ações ordinárias e 722.132.003 ações preferenciais, totalizando o capital social realizado em R\$ 8.208.826, líquido dos custos de aumento de capital.

As ações preferenciais não têm direito a voto, não podem ser resgatadas e participam em igualdade de condições em relação às ações ordinárias na distribuição de lucros, além de ter prioridade no reembolso de capital em caso de liquidação da Companhia.

b) Ações em tesouraria

A movimentação das ações em tesouraria está assim representada:

		30/09/2022	31/12/2021			
	Ações	Ações				
	Preferenciais	R\$	Preferenciais	R\$		
Saldo inicial	6.258.200	69.861	6.258.200	69.861		
Recompras de ações	35.786.300	362.848	-			
Saldo final	42.044.500	432.709	6.258.200	69.861		

Em 30/09/2022, a Companhia mantinha em tesouraria 42.044.500 ações preferenciais pelo valor de R\$ 432.709. Estas ações serão mantidas em tesouraria para posterior alienação no mercado ou cancelamento. O custo médio de aquisição das ações preferenciais em tesouraria é de R\$ 10,29.

Em 04/05/2022, o Conselho de Administração da Metalúrgica Gerdau S.A., em conformidade com as disposições estatutárias e nos termos Resolução CVM n.º 77, de 29/03/2022, aprovou Programa de Recompra de ações de emissão da Companhia, o qual tem os seguintes objetivos: (i) maximizar a geração de valor a longo prazo para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital; (ii) permanência em tesouraria; (iii) cancelamento; ou (iv) posterior alienação no mercado. A quantidade de ações a serem adquiridas será de até 69.000.000 de ações preferenciais (GOAU4), representando aproximadamente 10% das ações preferenciais em circulação. O prazo para aquisição terá início em 6/05/2022, com duração máxima de 18 meses. Em 30/09/2022, a Companhia já tinha adquirido 35.786.300 ações preferenciais, representando o montante de R\$ 362.848. Adicionalmente, entre 01/10/2022 e a data de aprovação destas Informações Intermediárias pela Administração, a Companhia adquiriu 11.357.900 ações preferenciais, representando o montante de R\$ 125.319.

c) Reservas de lucros

I) Legal - pela legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários, preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de dividendos.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)
Revisadas pelo auditor independente na extensão descrita no relatório de 8 de novembro de 2022

- II) Incentivos fiscais pela legislação societária brasileira, a Companhia pode destinar, para a reserva de incentivos fiscais, a parcela do lucro líquido decorrente de doações e subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo dos dividendos.
- III) Investimentos e Capital de Giro é composta pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas, e inclui as reservas estatutárias previstas no Estatuto Social da Companhia. O Conselho de Administração pode propor aos acionistas a transferência de pelo menos 5% do lucro líquido de cada ano apurado nos seus livros societários, preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, para uma reserva estatutária (Reserva de Investimentos e Capital de Giro). A reserva é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não pode exceder o montante do capital integralizado. A reserva pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.
- d) Ajustes de avaliação patrimonial são compostos pelos ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira, ganhos e perdas não realizadas em *hedge* de investimento líquido, ganhos e perdas não realizadas em coberturas de fluxo de caixa, despesa com plano de opções de ações reconhecido e pelas opções de ações exercidas e efeitos de acionistas não controladores sobre entidades consolidadas.
- e) **Dividendos e juros sobre capital próprio –** a Companhia efetuou crédito de dividendos e juros sobre capital próprio aos acionistas nos montantes apresentados abaixo:

			Ações em			
Período	Natureza	R\$/ação	circulação (mil)	Crédito	Pagamento	Valor
1° trimestre	Juros	0,20	1.080.985	16/05/2022	26/05/2022	216.197
1° trimestre	Dividendos	0,09	1.080.985	16/05/2022	26/05/2022	97.289
2° trimestre	Dividendos	0,36	1.068.752	15/08/2022	26/08/2022	382.632
Dividendos e ju	ıros sobre capital próprio	propostos			_	696.118

Os dividendos e juros sobre o capital próprio creditados durante o período constituem-se em antecipação ao dividendo estatutário.

NOTA 19 - LUCRO POR AÇÃO

Básico e Diluído

					Período de 3	meses findos em
			30/09/2022			30/09/2021
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
	(Em milhares	, exceto ações e da	idos por ação)	(Em milhares,	exceto ações e dado	os por ação)
Numerador						
Lucro líquido alocado disponível para acionistas						
ordinários e preferenciais	341.170	665.922	1.007.092	611.464	1.198.899	1.810.363
-						
Denominador						
Média ponderada de ações deduzindo a média						
das ações em tesouraria.	365.111.201	712.651.203		365.111.201	715.873.803	
-			!			
Lucro por ação (em R\$) – Básico e Diluído	0.93	0.93		1.67	1.67	
	3,72	3,52		-,-:		

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado) Revisadas pelo auditor independente na extensão descrita no relatório de 8 de novembro de 2022

_					Período de 9	meses findos em
			30/09/2022			30/09/2021
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
	(Em milhares	, exceto ações e da	dos por ação)	(Em milhares,	exceto ações e dado	os por ação)
Numerador Lucro líquido alocado disponível para acionistas						
ordinários e preferenciais	1.140.865	2.209.860	3.350.725	1.316.414	2.581.094	3.897.508
Denominador Média ponderada de ações deduzindo a média						
das ações em tes ouraria.	365.111.201	707.221.893	_	365.111.201	715.873.803	
Lucro por ação (em R\$) – Básico e Diluído	3,12	3,12	•	3,61	3,61	

A Companhia não possui instrumentos que não tenham sido incluídos no cálculo do lucro por ação por serem antidilutivos.

NOTA 20 - PLANOS DE INCENTIVOS DE LONGO PRAZO

Plano de ações restritas e ações condicionadas a resultados:

	Cons olidado
Em 01/01/2021	12.469.334
Outorgadas	2.228.196
Canceladas	(1.755.522)
Exercidas	(4.407.441)
Em 31/12/2021	8.534.567
Outorgadas	5.912.531
Canceladas	(1.340.548)
Exercidas	(2.209.620)
Em 30/09/2022	10.896.930

A Companhia reconhece o custo do plano incentivos de longo prazo através de Ações Restritas e Ações Condicionadas a Resultados com base no valor justo das opções outorgadas na data da outorga ao longo do período de carência de exercício de cada outorga que é de 3 anos. O custo com planos de incentivos de longo prazo reconhecidos no resultado no período de 3 meses findo em 30/09/2022 foi de R\$ 29.842 (R\$ 16.393 em 30/09/2021) no consolidado, e o custo com planos de incentivos de longo prazo reconhecidos no resultado no período de 9 meses findo em 30/09/2022 foi de R\$ 69.257 (R\$ 45.003 em 30/09/2021) no consolidado.

A Controlada da Companhia, Gerdau S.A., possui, em 30/09/2022, um total de 49.032.116 ações preferenciais em tesouraria e essas ações poderão ser utilizadas para atendimento destes planos.

NOTA 21 - DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a Demonstração do Resultado por função. Conforme requerido pelo IAS 1 (CPC 26), apresenta, a seguir, o detalhamento da Demonstração do Resultado por natureza:

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado) Revisadas pelo auditor independente na extensão descrita no relatório de 8 de novembro de 2022

				Controladora		
	Período de 3 meses findos em		Período de 9 meses findos em			
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021		
Outras despesas/receitas	(1.353)	(24.262)	(37.007)	(38.248)		
Recuperação de empréstimos compulsórios Eletrobras	-	13.501	-	13.501		
	(1.353)	(10.761)	(37.007)	(24.747)		
_						
Classificados como:						
Despesas gerais e administrativas	(2.945)	(4.286)	(9.135)	(11.573)		
Outras receitas operacionais	1.594	53	1.661	63		
Outras despesas operacionais	(2)	(20.029)	(29.533)	(26.738)		
Recuperação de empréstimos compulsórios Eletrobras	-	13.501	-	13.501		
	(1.353)	(10.761)	(37.007)	(24.747)		
_				Consolidado		
	Período de 3 n	neses findos em	Período de 9 me	eses findos em		
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021		
Depreciação e amortização	(737.515)	(672.673)	(2.097.534)	(1.952.002)		
Salários, Encargos Sociais e Benefícios	(1.871.867)	(1.805.583)	(5.390.069)	(5.216.114)		
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	(12.549.342)	(11.385.117)	(37.353.903)	(31.272.348)		
Fretes	(1.252.654)	(1.034.533)	(3.783.872)	(2.719.447)		
Outras despesas/receitas	(558.183)	(717.046)	(1.570.027)	(1.600.826)		
Recuperação de créditos tributários	-	-	-	393.341		
Recuperação de empréstimos compulsórios Eletrobras		1.404.781		1.404.781		
	(16.969.561)	(14.210.171)	(50.195.405)	(40.962.615)		
Classificados como:						
Custo dos produtos vendidos	(16.411.378)	(14.897.908)	(48.625.378)	(41.159.912)		
Despesas com vendas	(183.818)	(187.782)	(529.944)	(511.596)		
Despesas gerais e administrativas	(374.197)	(343.973)	(1.044.582)	(973.311)		
Outras receitas operacionais	74.361	117.629	170.950	318.058		
Outras despesas operacionais	(80.585)	(301.880)	(171.156)	(427.777)		
Perdas (Reversão) pela não recuperabilidade de ativos financeiro	s 6.056	(1.038)	4.705	(6.199)		
Recuperação de créditos tributários	-	-	-	393.341		
Recuperação de empréstimos compulsórios Eletrobras	<u> </u>	1.404.781		1.404.781		
	(16.969.561)	(14.210.171)	(50.195.405)	(40.962.615)		

NOTA 22 - RESULTADO FINANCEIRO

				Controladora
	Período d	le 3 mes es findo em	Período	de 9 mes es findo em
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Rendimento de aplicações financeiras	19.350	18.929	61.429	38.536
Juros recebidos e outras receitas financeiras	1.469	714	2.861	2.427
Total Receitas Financeiras	20.819	19.643	64.290	40.963
Variações monetárias e outras despesas financeiras	(1.019)	(1.534)	(2.712)	(2.528)
Total Despesas Financeiras	(1.019)	(1.534)	(2.712)	(2.528)
Variação cambial, líquida	(1.120)	-	(1.120)	(238)
Resultado Financeiro, Líquido	18.680	18.109	60.458	38.197

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado) Revisadas pelo auditor independente na extensão descrita no relatório de 8 de novembro de 2022

				Cons olidado	
· ·	Período de	3 meses findo em	Período de 9 meses findo e		
=	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021	
Rendimento de aplicações financeiras	124.751	67.892	298.287	156.709	
Juros recebidos e outras receitas financeiras	55.012	7.652	154.363	45.851	
Total Receitas Financeiras	179.763	75.544	452.650	202.560	
Juros sobre a dívida	(282.542)	(272.458)	(802.747)	(705.992)	
Variações monetárias e outras despesas financeiras	(106.183)	(82.656)	(400.079)	(307.619)	
Total Despesas Financeiras	(388.725)	(355.114)	(1.202.826)	(1.013.611)	
Variação cambial, líquida	(316.204)	33.197	(604.559)	(94.312)	
Atualização de créditos tributários	-	326.090	-	788.741	
Ganhos (Perdas) com instrumentos financeiros, líquido	13.666	15.971	20.536	19.562	
Resultado Financeiro, Líquido	(511.500)	95.688	(1.334.199)	(97.060)	

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado) Revisadas pelo auditor independente na extensão descrita no relatório de 8 de novembro de 2022

NOTA 23 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

_											Períodos de 3 n	neses findos em:
_	Operação Brasil		Operação América do Norte		Operação América do Sul		Operação Aços Especiais		Eliminações e ajustes		Consolidado	
_	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Receita líquida de vendas	8.484.167	10.060.017	7.832.134	7.444.878	1.972.165	1.860.173	3.476.800	2.870.991	(616.034)	(919.002)	21.149.232	21.317.057
Custo das vendas	(7.101.061)	(6.220.819)	(5.607.765)	(5.786.470)	(1.511.473)	(1.437.582)	(2.917.042)	(2.405.212)	725.963	952.175	(16.411.378)	(14.897.908)
Lucro bruto	1.383.106	3.839.198	2.224.369	1.658.408	460.692	422.591	559.758	465.779	109.929	33.173	4.737.854	6.419.149
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(209.013)	(207.555)	(154.012)	(150.920)	(38.992)	(37.671)	(69.400)	(54.719)	(86.598)	(80.890)	(558.015)	(531.755)
Outras receitas (despesas) operacionais	8.067	17.891	(14.399)	2.403	4.244	5.515	(665)	1.957	(3.471)	(212.017)	(6.224)	(184.251)
Recuperação de empréstimos compulsórios Eletrobras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.404.781	-	1.404.781
Perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros	(1.222)	1.978	7.078	(1.619)	(38)	(186)	211	(230)	27	(981)	6.056	(1.038)
Resultado da equivalência patrimonial		(2.257)	240.632	155.317	38.328	107.106	4.892	8.923	(2.358)	2.030	281.494	271.119
Lucro (Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro e dos	1.180.938	3.649.255	2.303.668	1.663.589	464.234	497.355	494.796	421.710	17.529	1.146.096	4.461.165	7.378.005
impostos												
Resultado financeiro, líquido	(193.138)	(144.362)	60.271	(33.980)	(294.807)	(93.365)	(73.427)	(58.088)	(10.399)	425.483	(511.500)	95.688
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos	987.800	3.504.893	2.363.939	1.629.609	169.427	403.990	421.369	363.622	7.130	1.571.579	3.949.665	7.473.693
Imposto de renda e contribuição social	(243.594)	(877.295)	(503.781)	(318.353)	(64.736)	(96.921)	(102.654)	(88.335)	672	(512.999)	(914.093)	(1.893.903)
Lucro (Prejuízo) líquido do período	744.206	2.627.598	1.860.158	1.311.256	104.691	307.069	318.715	275.287	7.802	1.058.580	3.035.572	5.579.790
Informações suplementares:												
Receita líquida de vendas entre segmentos	382.739	458.190	17.911	32.702	-	-	215.384	428.110	-	-	616.034	919.002
Depreciação/amortização	380.834	355.255	159.631	150.030	65.308	54.239	128.954	113.149	2.788	-	737.515	672.673
Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos	-	-	333.548	203.529	68.259	137.870	8.253	9.356	(1.730)	1.555	408.329	352.311
proporcional das empresas controladas em conjunto e associada												
Depreciação e amortização proporcional das empresas controladas	-	-	29.406	28.635	13.234	19.518	4.415	3.729	1.334	690	48.389	52.571
em conjunto e associada												
Recuperação de créditos tributários e provisões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(218.519)	-	(218.519)

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado) Revisadas pelo auditor independente na extensão descrita no relatório de 8 de novembro de 2022

_											Períodos de 9 n	neses findos em:
_	Operação Brasil		Operação América do Norte		Operação América do Sul		Operação Aços Especiais		Eliminações e ajustes		Consolidado	
_	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Receita líquida de vendas	26.094.128	25.883.446	24.627.130	19.944.509	5.619.004	4.616.707	10.352.756	7.950.931	(2.244.853)	(1.605.436)	64.448.165	56.790.157
Custo das vendas	(20.808.384)	(16.149.407)	(17.584.832)	(16.358.094)	(4.290.681)	(3.501.902)	(8.325.983)	(6.793.095)	2.384.502	1.642.586	(48.625.378)	(41.159.912)
Lucro bruto	5.285.744	9.734.039	7.042.298	3.586.415	1.328.323	1.114.805	2.026.773	1.157.836	139.649	37.150	15.822.787	15.630.245
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(595.451)	(564.012)	(440.589)	(441.968)	(113.277)	(106.203)	(192.111)	(164.107)	(233.098)	(208.617)	(1.574.526)	(1.484.907)
Outras receitas (despesas) operacionais	33.812	23.039	(6.635)	13.747	12.003	14.084	5.904	49.309	(45.290)	(209.898)	(206)	(109.719)
Recuperação de créditos tributários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	393.341	-	393.341
Recuperação de empréstimos compulsórios Eletrobras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.404.781	-	1.404.781
Perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros	(1.185)	(1.338)	3.444	(5.195)	(522)	(803)	2.969	1.138	(1)	(1)	4.705	(6.199)
Resultado da equivalência patrimonial		(5.965)	682.827	274.983	291.304	352.318	9.780	27.173	(6.998)	8.548	976.913	657.057
Lucro (Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro e dos	4.722.920	9.185.763	7.281.345	3.427.982	1.517.831	1.374.201	1.853.315	1.071.349	(145.738)	1.425.304	15.229.673	16.484.599
impostos												
Resultado financeiro, líquido	(527.618)	(375.846)	51.327	(129.194)	(580.413)	(216.975)	(199.040)	(172.781)	(78.455)	797.736	(1.334.199)	(97.060)
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos	4.195.302	8.809.917	7.332.672	3.298.788	937.418	1.157.226	1.654.275	898.568	(224.193)	2.223.040	13.895.474	16.387.539
Imposto de renda e contribuição social	(1.046.023)	(2.216.406)	(1.570.238)	(724.436)	(235.055)	(282.074)	(406.179)	(216.782)	(383.025)	(958.965)	(3.640.520)	(4.398.663)
Lucro (Prejuízo) líquido do período	3.149.279	6.593.511	5.762.434	2.574.352	702.363	875.152	1.248.096	681.786	(607.218)	1.264.075	10.254.954	11.988.876
Informações suplementares:												
Receita líquida de vendas entre segmentos	1.293.706	1.061.928	73.264	49.217	8.564	16.297	869.319	477.994	-	-	2.244.853	1.605.436
Depreciação/amortização	1.077.517	983.574	455.852	461.693	178.872	156.709	379.166	350.026	6.127	-	2.097.534	1.952.002
Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos	-	-	985.636	391.457	349.294	406.563	17.535	39.266	(5.550)	6.961	1.346.915	844.247
proporcional das empresas controladas em conjunto e associada												
Depreciação e amortização proporcional das empresas controladas	-	-	90.846	75.561	40.047	60.596	13.373	10.830	3.995	2.075	148.262	149.062
em conjunto e associada												
Recuperação de créditos tributários e provisões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	174.822	-	174.822
-	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial			2.572.704	1.871.274	1.218.460	1.071.333	259.097	251.668	152.220	146.500	4.202.481	3.340.775
	26.165.326	24.835.717	26.698.246	22.096.314	8.294.696	7.113.706	14.013.574	13.658.147	5.095,286	6.908.782	80.267.128	74.612.666
Ativos totais	8.807.925	8.105.443	4.466.172	4.603.424	3.104.528	2.376.176	2.843.017	2.801.071	11.206.967	13.103.490	30.428.609	30.989.604
Passivos totais	6.807.923	6.105.443	4.400.172	4.003.424	3.104.328	2.3/0.1/0	2.843.017	2.001.071	11.200.907	15.105.490	30.428.009	30.989.004

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Revisadas pelo auditor independente na extensão descrita no relatório de 8 de novembro de 2022

Os principais produtos por segmento de negócio são:

Operação Brasil: vergalhões, barras, perfis e trefilados, tarugos, blocos, placas, fio-máquina, perfis estruturais e minério de ferro.

Operação América do Norte: vergalhões, barras, fio-máquina, perfis estruturais pesados e leves.

Operação América do Sul: vergalhões, barras e trefilados.

Operação Aços Especiais: aços inoxidáveis, barras quadradas, redondas e chatas, fio-máquina.

A coluna de eliminações e ajustes inclui as eliminações de vendas e mútuos entre segmentos no contexto das Demonstrações Financeiras Consolidadas. Esta coluna também inclui valores que não fazem parte dos resultados operacionais de um segmento específico, como Recuperação de créditos tributários, Perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros, Despesas com vendas, gerais e administrativas de funcionários corporativos e efeitos de imposto de renda desses valores, entre outros.

A informação geográfica da Companhia, com as receitas classificadas de acordo com a região geográfica de onde os produtos foram embarcados, é a seguinte:

		Períodos de 3 meses findos em:								
Informações por área geográfica:		Brasil	Ar	nérica Latina (1)	América do Norte (2)		Consolidado			
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021		
Receita líquida de vendas	9.273.064	10.632.118	2.281.127	2.222.060	9.595.041	8.462.879	21.149.232	21.317.057		
(1) Não inclui as operações do Brasil.										
(2) Não inclui as operações do México.										
Não inclui as operações do Mexico.										
								Períodos de 9 meses findos em:		
Informações por área geográfica:		Brasil	Ar	nérica Latina (1)	Améi	rica do Norte (2)	Consolidado			
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021		
Receita líquida de vendas	28.546.450	27.865.730	6.099.767	5.993.819	29.801.948	22.930.608	64.448.165	56.790.157		
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021		
Ativos totais	30/09/2022 32.680.098	31/12/2021 32.538.522	30/09/2022 10.904.027	31/12/2021 8.959.237	30/09/2022 36.683.003	31/12/2021 33.114.907	30/09/2022 80.267.128	74.612.666		

⁽¹⁾ Não inclui as operações do Brasil.

A norma IFRS estabelece que a Companhia divulgue a receita de clientes externos para cada produto e serviço, ou cada grupo de produtos e serviços semelhantes, a menos que a informação necessária não esteja disponível e o custo para obtê-la seja excessivo. Neste sentido, a administração não considera essas informações úteis na tomada de decisões, pois implicaria em agregar vendas em diferentes mercados e em diferentes moedas, sujeitas aos efeitos de variações nas taxas de câmbio. Adicionalmente, as tendências de consumo de aço e a dinâmica dos preços de cada produto ou grupo de produtos em diferentes países e em mercados diferentes dentro desses países são muito pouco correlacionadas, portanto, a informação seria de pouca utilidade e não serviria para se tirar conclusões sobre tendências e evolução histórica. Diante deste cenário e considerando que as informações de receita de clientes externos por produto e serviço não são mantidas pela Companhia em uma base consolidada e que o custo para se obter essas informações seria excessivo em relação aos benefícios das informações, a Companhia não apresenta a abertura da receita por produto e serviço.

NOTA 24 – PERDAS PELA NÃO RECUPERABILIDADE DE ATIVOS

A recuperabilidade do ágio e outros ativos de vida longa são avaliados com base na análise e identificação de fatos ou circunstâncias que possam acarretar a necessidade de se realizar o teste de recuperabilidade. A Companhia realiza testes de recuperabilidade com base em projeções de fluxo de caixa descontado que levam em consideração premissas como: custo de capital, taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade, metodologia para determinação de capital de giro, plano de investimentos e projeções econômico-financeiras de longo prazo.

Para a determinação do valor recuperável de cada segmento de negócio, a Companhia utiliza o método de fluxo de caixa descontado, utilizando como base projeções econômico-financeiras de cada segmento. As projeções levam em consideração as mudanças observadas no panorama econômico dos mercados de atuação da Companhia, bem como premissas de expectativa de resultado e históricos de rentabilidade de cada segmento.

O teste de recuperabilidade do ágio alocado aos segmentos de negócio é efetuado anualmente em dezembro, sendo antecipado se eventos ou circunstâncias indiquem na necessidade. No teste realizado no exercício de 2021, a Companhia efetuou uma análise de sensibilidade das variáveis taxa de desconto e taxa de crescimento da perpetuidade, dado seus impactos potenciais nos fluxos de caixas, desta forma, um acréscimo de 0,5 ponto percentual na taxa de desconto do fluxo de caixa de cada

⁽²⁾ Não inclui as operações do México.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)
Revisadas pelo auditor independente na extensão descrita no relatório de 8 de novembro de 2022

segmento resultaria em valor recuperável excedendo o valor contábil, conforme demonstrado a seguir: a) América do Norte: R\$ 4.337 milhões, b) Aços Especiais: R\$ 3.301 milhões, c) América do Sul: R\$ 2.057 milhões; e d) Brasil: R\$ 7.582 milhões. Por sua vez, um decréscimo de 0,5 ponto percentual da taxa de crescimento da perpetuidade do fluxo de caixa de cada segmento de negócio resultaria em valor recuperável excedendo o valor contábil, conforme demonstrado a seguir: a) América do Norte: R\$ 4.679 milhões; b) Aços Especiais: R\$ 3.545 milhões; c) América do Sul: R\$ 2.135 milhões; e d) Brasil: R\$ 7.962 milhões.

A Companhia concluiu que não existem indicativos que demandem a realização de novo teste de recuperabilidade de ágio e outros ativos de vida longa para o período findo em 30/09/2022.

A Companhia manterá ao longo de 2022 o seu constante monitoramento do mercado siderúrgico em busca de identificar uma eventual deterioração, queda significativa na demanda dos setores consumidores de aço (notadamente automotivos e de construção), paralisação de atividades de plantas industriais ou mudanças relevantes na economia ou mercado financeiro que acarretem aumento da percepção de risco ou redução da liquidez e capacidade de refinanciamento. Ainda que as projeções adotadas pela Companhia contemplem um cenário desafiador, mudanças que deteriorem o ambiente econômico e de negócios, se manifestadas em uma intensidade maior do que aquela antecipada nos cenários contemplados pela Administração, podem levar a Companhia a rever suas projeções de Valor em Uso e, eventualmente, reconhecer perdas pela não recuperabilidade.

NOTA 25 – EVENTOS SUBSEQUENTES

- I) Em 03/11/2022, a Companhia, através da sua controlada Gerdau S.A., em continuidade ao Comunicado ao Mercado divulgado em 01/09/2022, informou a seus acionistas e ao mercado em geral que, nesta data, diante do cumprimento das condições precedentes aplicáveis, inclusive a aprovação por parte das autoridades concorrenciais, sua controlada Gerdau Next S.A. concluiu o processo de formalização da parceria estratégica com a Randon Serviços e Participações Ltda., com a constituição de uma nova empresa que terá como objetivo entregar soluções adequadas às demandas de transportadores e embarcadores, com a prestação de serviços de locação de caminhões, semirreboques e outros produtos relacionados ao transporte e movimentação de cargas.
- II) Em 07/11/2022, a Diretoria efetuou proposta relativa à antecipação do dividendo mínimo obrigatório estipulado no Estatuto Social, referente ao exercício social em curso, a serem pagos na forma de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio, que serão calculados e creditados sobre as posições detidas pelos acionistas em 21/11/2022, no montante de R\$ 279,1 milhões e R\$ 237,8 milhões, respectivamente (R\$ 0,27 e R\$ 0,23 por ação ordinária e preferencial, respectivamente), com pagamento previsto para 15/12/2022, e foi submetida e aprovada pelo Conselho de Administração em 08/11/2022.
- III) Em 08/11/2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o cancelamento de 53.402.400 ações preferenciais, sem valor nominal, de emissão da Companhia, sem redução do valor do Capital Social. Em função do cancelamento de ações deliberado, o capital social da Companhia passou a ser dividido 365.111.201 ações ordinárias e 668.729.603 ações preferenciais, sem valor nominal. Dessa forma, o Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, que versa sobre o Capital Social, deverá ser ajustado em Assembleia Geral a ser convocada oportunamente. A Administração da Companhia ressalta que o atual plano de recompra de ações, conforme divulgado via Fato Relevante em 05/05/2022, continua vigente.
- IV) Em 08/11/2022, o Conselho de Administração da controlada Gerdau S.A. aprovou o cancelamento de 1.697.538 ações ordinárias e 44.564.000 ações preferenciais, sem valor nominal, de emissão da Gerdau S.A., sem redução do valor do Capital Social. Em função do cancelamento de ações deliberado, o capital social da Gerdau S.A. passou a ser dividido em 571.929.945 ações ordinárias e 1.101.467.245 ações preferenciais, sem valor nominal. Dessa forma, o Artigo 4º do Estatuto Social da Gerdau S.A., que versa sobre o Capital Social, deverá ser ajustado em Assembleia Geral a ser convocada oportunamente. A Gerdau S.A. ressalta que o atual plano de recompra de ações, conforme divulgado via Fato Relevante em 05/05/2022, continua vigente.
